

**UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO  
PROGRAMA “MORENO EM ORDEM”**

**ESTER ZAPPAVIGNA MONTEIRO COSTA**

**VILA VELHA/ES**  
**AGOSTO/2021**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO  
PROGRAMA “MORENO EM ORDEM”**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do título de Mestra em Segurança Pública.

**ESTER ZAPPAVIGNA MONTEIRO COSTA**

**VILA VELHA/ES**  
**JULHO/2021**

Catologação na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

C837p Costa, Ester Zappavigna Monteiro.  
O protagonismo da sociedade civil organizada no programa  
"Moreno em Ordem" / Ester Zappavigna Monteiro Costa. – 2021.  
98 f.

Orientador: Humberto Ribeiro Júnior.  
Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade  
Vila Velha, 2021.  
Inclui bibliografias.

1. Segurança Pública. 2. Democracia. 3. Municipalização.  
4. Direitos humanos. I. Ribeiro Júnior, Humberto. II. Universidade  
Vila Velha. III. Título.

CDD 363.3

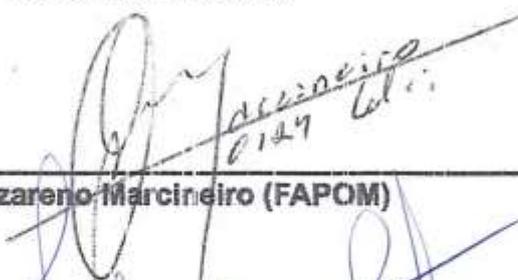
**ESTER ZAPPAVIGNA MONTEIRO COSTA**

**O PROTAGONISMO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO  
PROGRAMA “MORENO EM ORDEM”**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do título de Mestra em Segurança Pública.

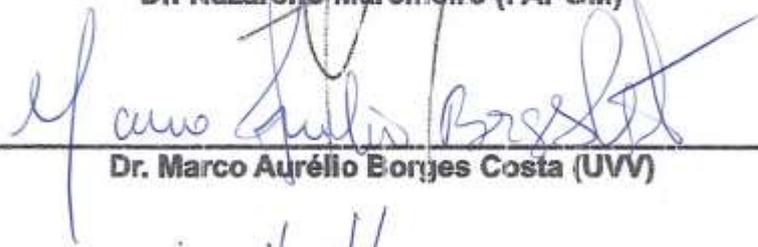
Aprovada em 20 de agosto de 2021,

Banca Examinadora:

  
0129  
6/11

---

**Dr. Nazareno Marcineiro (FAPOM)**



---

**Dr. Marco Aurélio Borges Costa (UVV)**

11/16

---

**Dr. Humberto Ribeiro Junior - Orientador (UVV)**

Dedico este trabalho ao meu pai Júlio Cezar Costa, à minha mãe Gianni Andréa Monteiro Costa e ao meu irmão Luís Otávio Monteiro Costa, os alicerces da minha vida.

## **Agradecimentos**

À Deus, obrigada por permitir a realização de um sonho. Toda honra e glória seja dada a Ti.

Ao meu pai, obrigada por ser minha inspiração, por acreditar e vibrar a cada passo que eu dou. Escolhi este tema em sua homenagem. Sua trajetória me inspira e me faz acreditar que tudo é possível.

À minha Mãe, obrigada por ser minha calma e minha paz em momentos de tamanha ansiedade e expectativa.

Ao meu irmão, obrigada por acreditar e torcer por mim. Segui no mestrado, pois me espelhei em você.

Ao Matheus, que chegou como um presente em minha vida. Acompanhou toda minha trajetória, desde o dia da prova de ingresso à defesa da dissertação. Foi e é um grande incentivo para meu crescimento profissional e pessoal. Muito obrigada.

Ao Professor Dr. Humberto Ribeiro Júnior, que me acolheu, orientou e esteve comigo subindo degrau por degrau até alcançarmos nossos objetivos. Muito obrigada!

Ao povo morenense, a minha gratidão por terem me acolhido e contribuído para o estudo de campo. Sem vocês, seria impossível realizar essa pesquisa de extrema relevância social.

Não poderia deixar de agradecer a turma 2019/2 e aos notáveis professores do Mestrado em Segurança Pública da Universidade Vila Velha, que compartilharam sabedoria, conhecimento e afeto em cada aula ali ministrada.

Por fim, obrigada aos amigos e familiares queridos. A força de vocês serviu como combustível para o alcance da vitória.

“Melhor é o fim das coisas do que o princípio delas” (Eclesiastes 7:8)

## SUMÁRIO

Introdução.....	14
1. Referencial Teórico e Documental .....	19
1.1. Municipalização da Segurança Pública .....	19
1.2. O Programa Moreno em Ordem .....	23
1.2.1. Os princípios do Programa Moreno em Ordem.....	25
1.2.2. A estrutura do Programa Moreno em Ordem.....	25
1.2.3. As ações do Programa Moreno em Ordem.....	27
1.2.3.1. Projetos de curto prazo.....	28
1.2.3.2. Projetos de médio prazo.....	30
1.2.3.3. Projetos de longo prazo.....	31
1.2.4. Análise das ações que se efetivaram no município do Moreno..	33
1.2.5. Análise dos resultados do Programa Moreno em Ordem.....	38
1.2.6. A Organização e Normatização do Programa Moreno em Ordem.....	40
2. Apontamentos metodológicos .....	44
2.1. Recorte Geográfico.....	44
2.2. Metodologia de Pesquisa.....	45
2.3. Tratamento e Análise de dados .....	50
3. Análise e discussões da real participação da sociedade civil organizada no Programa Moreno em Ordem.....	53
3.1. O modelo de participação social idealizado pelo Programa Moreno em Ordem.....	54
3.2. A mobilização da sociedade civil organizada para participação do Programa Moreno em Ordem .....	56
3.3. A parceria da sociedade civil organizada com o poder público para a construção da ordem pública municipal.....	59

3.4. Os principais obstáculos apresentados pelos participantes do Programa Moreno em Ordem.....	70
Considerações Finais.....	74
Referências.....	77
Anexo I - Roteiro semiestruturado para as entrevistas.....	80
Anexo II - Álbum de fotos das diversas fases do Programa Moreno em Ordem.....	83

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP - Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos

CONSEG - Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Defesa Social

CONSEMS - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPPE – Ministério Público do Estado de Pernambuco

PNSPDS – Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Projeto Político Pedagógico

SDS – Secretaria Estadual de Defesa Social de Pernambuco

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

UVV – Universidade Vila Velha

## Resumo

COSTA, Ester Zappavigna Monteiro. **O protagonismo da sociedade civil organizada no programa “Moreno em Ordem”**. Vila Velha, 2021. 98 p. Dissertação - Mestrado em Segurança Pública, Universidade Vila Velha – ES. Orientador: Prof. Dr. Humberto Ribeiro Júnior.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a importância da participação da sociedade civil organizada para o êxito do Programa Moreno em Ordem, instituído no Município do Moreno, região metropolitana do Recife/PE. Com intuito de verificar a hipótese de que a participação da sociedade civil organizada foi o diferencial do programa, o presente estudo se valeu da metodologia mista, com buscas nos relatórios de prestação de contas da gestão municipal da época, nos indicadores de criminalidade violenta no *site* da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, na normatização publicada em Diário Oficial e na pesquisa de campo, mediante entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro representantes do poder público e seis da sociedade civil organizada que participaram do programa. Além disso, foi importante discorrer sobre a municipalização da segurança pública, uma tendência que o município do Moreno buscou seguir para implementar a parceria decisória com o seu povo. Assim, após as análises e discussões sobre os dados coletados, o estudo encontrou resultados relevantes sobre o envolvimento da sociedade civil organizada no planejamento, elaboração e execução de políticas públicas de ordem pública, como o sentimento de pertencimento, de se sentir ouvido e de satisfação, além dos obstáculos enfrentados para a implementação do programa e da redução significativa das taxas de homicídios e crimes contra o patrimônio no município.

**Palavras-chave:** Interatividade. Modelo Democrático. Municipalização da Segurança Pública. Ordem Pública. Segurança Pública.

### Abstract

COSTA, Ester Zappavigna Monteiro. **The role of organized civil society in the “Moreno em Ordem” program.** Vila Velha, 2021. 98 p. Dissertation - Master's Degree in Public Safety. Vila Velha University – ES. Teacher Advisor: Dr. Humberto Ribeiro Júnior.

This research aims to analyze the importance of the participation of organized civil society for the success of the Moreno em Ordem Program, established in the Municipality of Moreno, metropolitan region of Recife/PE. In order to verify the hypothesis that the participation of organized civil society was the program's differential, this study used a mixed methodology, with searches in the accountability reports of the municipal administration at the time, in the violent crime indicators on the website from the Department of Social Defense of the State of Pernambuco, in the standardization published in the Official Gazette and in the field research, through semi-structured interviews carried out with four representatives of the public power and six of organized civil society who participated in the program. Furthermore, it was important to talk about the municipalization of public security, a trend that the Moreno municipality sought to follow in order to implement the decision-making partnership with its people. Thus, after analyzing and discussing the collected data, the study found relevant results on the involvement of organized civil society in the planning, elaboration and execution of public policy policies, such as the feeling of belonging, of feeling heard and of satisfaction, in addition to the obstacles faced in implementing the program and the significant reduction in homicide rates and crimes against property in the municipality.

**Keywords:** Interactivity. Democratic Model. Municipalization of Public Security. Public Order. Public Security.

## Introdução

Problemas relacionados à segurança pública no Brasil são visíveis, uma vez que todos os jornais, revistas, meios de comunicação e mídias sociais mostram diariamente a violência criminalizada em nosso país.

Vale destacar que no ranking de homicídios mundial, o Brasil está em primeiro lugar, em números absolutos. Nos últimos trinta anos, mais de 1 milhão de brasileiros foram assassinados. Este indicador reflete diretamente na economia do país, visto que em mais de 50% dos casos de homicídios registrados, as vítimas são jovens, trazendo um impacto direto na proporção de 5,5% do PIB anual. (CERQUEIRA, BUENO, 2020, p.10).

Com as mazelas do sistema penitenciário brasileiro, taxas de homicídios elevadas e a produção em massa de vítimas da violência, a gestão de segurança pública do Brasil se torna, cada vez mais, um mal exemplo. Uma realidade devastadora quando analisadas as taxas de criminalidade das cidades brasileiras, as quais revelam que a principal faixa etária atingida com esse fenômeno é a de jovens entre 15 e 29 anos (CERQUEIRA, BUENO, 2020, p.10).

Com base nesses fatos, a questão dos homicídios deve ser prioridade absoluta de qualquer política de segurança pública no Brasil. É necessário tratar as causas desse fenômeno e não somente as consequências. Os fatores de risco como, a baixa escolaridade, a desigualdade social e econômica, o desemprego, a exposição à violência e os comportamentos de risco, devem ser levados em conta para a elaboração de políticas públicas de segurança pública.

A necessidade de se pensar segurança pública além dos serviços policiais é um grande fator para o enfrentamento da violência criminalizada em nosso país. A mudança de atitudes é indispensável para a construção de programas que objetivam a contenção da violência.

Todavia, os avanços necessários na área da segurança pública não se darão de forma abrupta, é necessário criar uma consciência de que é preciso avançar com ações concretas, pedagógicas, integrando e formando redes em prol de uma

segurança cidadã, conceituada pelo PNUD (1994) como sendo “uma política que trabalha com a perspectiva integrada de políticas públicas, com foco na governança local e nos processos participativos de formulação e controle social”.

Um grande autor que defendeu e discorreu sobre a necessidade dessa mudança de atitudes, o saudoso Cel. Carlos Magno Nazareth Cerqueira (2001, p. 40), dizia que aqueles que “acham que só a polícia deve agir contra o crime acharão razões suficientes para criticá-la, porque não acaba com o crime, e nada farão, por sua parte, para apoiá-la ou cooperarem num programa preventivo”.

É justamente essa perspectiva de troca de saberes entre profissionais dos órgãos de segurança pública, somando esforços com atores advindos de outras instâncias do setor público e da sociedade civil que contribuirá para o avanço na construção de políticas que busquem a prevenção como um caminho possível, que qualifiquem as ações de repressão e que, acima de tudo, mantenham o foco no desenvolvimento de uma cultura de paz<sup>1</sup>.

Essa linha de pensamento se confirma na Constituição Federal de 1988 que diz que a segurança pública é uma responsabilidade do Estado brasileiro, podendo ter a cooperação da sociedade civil, conforme se pode depreender do caput do artigo 144:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - Polícia federal;
- II - Polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - Polícias civis;
- V - Polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- VI - Polícias penais federal, estaduais e distrital (BRASIL, 1988).

Além da base constitucional que prevê a participação da sociedade civil, a Lei 13.675/2018, que criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), prevê ampla

---

<sup>1</sup> De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), cultura de paz é um conjunto de valores, atitudes, modos de comportamento e de vida que rejeitam a violência, e que apostam no diálogo e na negociação para prevenir e solucionar conflitos. (UNESCO, 1997)

participação do Município para a elaboração de um Novo Modelo Democrático de Segurança Pública, a partir de proposições de políticas públicas prevencionistas com a participação efetiva da sociedade civil organizada.

Outrossim, uma pesquisa<sup>2</sup> promovida pelo Datafolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que 81% da população brasileira entende que o Prefeito Municipal deve também, assumir as responsabilidades no tocante à Segurança Pública, por si só, este já seria um fator relevante para o avanço do município referente às questões sobre o tema.

Assim, a mudança dos paradigmas, envolvendo o município no exercício da segurança pública, tem por objetivo colaborar para a formação de uma sociedade democrática e cidadã, envolvendo uma prestação positiva do estado, levando em conta seus anseios, necessidades e expectativas, a fim de garantir o direito fundamental social à segurança dos indivíduos.

Na esteira do problema nacional de insegurança pública, o município do Moreno – PE, com aproximadamente 61.577 habitantes e Produto Interno Bruto per capita (PIB) de R\$ 9.282,63 (nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos), enfrentou entre os anos 2004 a 2017 um crescimento dos homicídios, e em busca de novos projetos e possíveis soluções, no ano de 2017 foi instituído o Programa Moreno em Ordem, através do Decreto nº 058, de 26 de maio de 2017, o qual tem como objetivo central o desenvolvimento, realização e gerenciamento de projetos voltados para a maximização da ordem pública municipal, sendo desenvolvido a partir da compreensão e da aplicação dos elementos da ordem pública, sejam eles, a salubridade pública, a tranquilidade pública, a segurança pública e a dignidade da pessoa humana (LAZZARINI, 1999, p. 21).

Esse programa contou com a participação de atores da sociedade civil organizada, tais como, líderes religiosos, líderes comunitários, representantes do poder executivo municipal, professores, agentes comunitários de saúde, entre outros, de forma conjunta, para o processo de construção da ordem pública municipal.

---

<sup>2</sup> Pesquisa Instinto de Vida, Datafolha e FBSP, abril de 2017.

No entanto, como forma de pensar soluções mais abrangentes, a presente pesquisa investigou se realmente a participação da sociedade civil foi um dos elementos determinantes para a eficácia do programa. Nesse sentido, essa pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: A participação da sociedade civil foi essencial para o êxito do programa “Moreno em Ordem”?

Caso seja confirmado, através desta pesquisa, que a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas foi fundamental para o êxito do Programa “Moreno em Ordem”, resultando na queda da taxa de homicídios local, essa prática poderá ser ecoada em outros municípios brasileiros, a fim de controlar a criminalidade violenta localizada, bem como de proporcionar a salubridade pública, a tranquilidade pública, a segurança pública e a dignidade da pessoa humana para os cidadãos e, finalmente estabilizar e priorizar o futuro da nação brasileira.

Além do aspecto social, a presente pesquisa potencializará a dimensão acadêmica, que atualmente, possui lacunas no conhecimento deste modelo de programa.

Em pesquisa realizada na ferramenta *Google Acadêmico*, registra-se que há apenas 139 (cento e trinta e nove) resultados para o tema “Municipalização da Segurança Pública”. Para as palavras “municipalização” e “segurança pública”, foram encontrados um número mais significativo, de 4.670 (quatro mil, seiscentos e setenta) resultados.

Em continuidade, para o tema “modelo democrático de segurança pública” houve apenas 6 (seis) resultados, nenhum resultado para o tema “Programa Moreno em Ordem” e, por fim, também não houvera nenhum resultado de estudos científicos para o tema “municipalização da ordem pública”.

Assim, a pesquisa sobre o tema tem seu papel relevante para o preenchimento de lacunas existentes na área de conhecimento proposta sobre o Programa “Moreno em Ordem”, a municipalização da ordem pública e o modelo democrático de segurança pública.

Para o alcance do entendimento sobre o tema, e também, do objetivo proposto, a dissertação foi distribuída em três capítulos, almejando [i] realizar a análise da

estrutura, das ações e do resultado do Programa; **[ii]** verificar a partir da organização e normatização do programa o modelo de participação da sociedade civil organizada; **[iii]** investigar como se deu efetivamente a participação da sociedade civil organizada no programa, a partir da visão dos representantes do poder público e da sociedade civil organizada e, finalmente, **[iv]** analisar a relação entre a participação dos atores da sociedade civil e o êxito do programa.

No primeiro capítulo, construímos um referencial teórico que serviu de base para a pesquisa. Foram abordados os temas “municipalização da segurança pública” e todos os apontamentos do Programa Moreno em Ordem.

A partir da compreensão do funcionamento do programa, no segundo capítulo, foram feitos os apontamentos metodológicos da presente pesquisa, informando acerca dos aspectos socioespaciais do município do Moreno, localizado na Região Metropolitana do Grande Recife, da metodologia utilizada e sobre o tratamento e a análise dos dados coletados.

No último capítulo, com o título: “Análise e discussões da real participação da sociedade civil organizada no Programa Moreno em Ordem”, foram apresentadas a análise e as discussões das entrevistas realizadas com alguns representantes do poder público, lideranças religiosas, comunitárias, professores, cidadãos comuns, entre outros.

O uso do método misto, quantitativo, na medida que trabalhamos com indicadores, índices e documentos do programa, e, qualitativo, baseado em entrevistas realizadas com participantes/atores do Programa Moreno em Ordem, tornou possível a obtenção de conclusões acerca da questão proposta.

É importante ressaltar que, todas as etapas da pesquisa ocorreram de forma *on-line*, devido ao agravamento da pandemia da COVID-19 no corrente ano. Este cenário impossibilitou a ida ao Município do Moreno-PE, e ainda, dificultou a participação de mais pessoas convidadas para as entrevistas, pela falta de internet em casa e outras questões decorrentes da pandemia.

## 1. Referencial Teórico e Documental

### 1.1. Municipalização da Segurança Pública

Atualmente, a segurança pública é uma das maiores demandas e preocupações dos governos, fato que a torna uma prioridade nacional. Devido à sua importância, entende-se que a responsabilidade não deve ser limitada apenas aos Estados e à União, mas também aos municípios.

Por isso, a municipalização da segurança pública é um tema recorrente de grandes discussões, há quem defenda e quem repudie tal tendência. Neste tópico, iremos abordar este assunto mostrando os processos de modernização e consequentes melhorias advindas da municipalização da ordem pública, trabalhando a questão da segurança pública como um de seus elementos. (LAZZARINI, 1999)

Originalmente, no Brasil, a segurança pública era uma questão local, sendo que as origens históricas dos órgãos de segurança pública se deram nas antigas vilas e cidades do Brasil Colônia, posteriormente, isto acabou tomando um novo formato devido ao modelo militar de segurança, adotado pela Regência à época do impedimento de Dom Pedro II, vindo a ser fortalecido após a Proclamação da República, quando São Paulo e Minas Gerais, estados dominantes no início do século XX, treinaram suas polícias militares com ajuda de missões do exército Francês, Suíço e Prussiano, o que reforçou o *ethos* militar da polícia brasileira, indistintamente. (COSTA, FERNANDES, 2012).

Assim, somente em 1988, segurança pública se tornou um tema constitucional, motivo pelo qual hoje se promove esta discussão, com a participação do município, antes excluído deste debate. Para Miraglia (2008, p. 89), envolver os municípios nessa função, é perceber as potencialidades da ação do poder local neste campo de atuação, pois são os entes do poder público mais próximos à população.

Soares e Balestreri (2012, p. 17) defendem que os municípios, “com sua capacidade de intervenção capilar e sua permeabilidade à participação social, constituem a unidade de gestão mais adequada ao tratamento das questões mais

complexas”, pois a vida em comunidade acontece no município. A proximidade e a interatividade entre os cidadãos é fator de promoção da ordem social.

Ainda, Costa e Fernandes (2012, p. 30), também defendem que a segurança pública “tem que voltar às suas origens e ser administrada pelo município” e ressaltam que “esta é uma tendência inexorável no Brasil das décadas futuras”.

Em consonância com os autores citados, com o anseio da população e com o advento da Lei 13.675/2018, que criou a PNSPDS e instituiu o SUSP, o município tornou-se um elemento estratégico para a prática legal do exercício, em seu território, das atividades de preservação da ordem pública, regida sob princípios que visam garantir o direito fundamental social à segurança, elencado no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil.

A respeito desse direito constitucional, explica Costa que:

Fala-se num direito fundamental social à segurança, o que em termos práticos indica a referência a um direito à segurança identificado no domínio dos direitos sociais, configurado e ambientado, portanto, em um contexto de normas constitucionais que, embora sejam qualificadas como fundamentais, têm natureza social, sendo, assim, geralmente relacionadas à invocação de prestações positivas do Estado, isto é, que demandam um fazer do ente estatal (2018, p.27).

Assim, em regresso à história, o poder municipal retoma suas funções originais de provedor de ordem pública, caracterizando a retomada de suas responsabilidades no tocante à proteção da sociedade. Não se deve confundir o provimento da segurança pública municipal com o fato de os municípios possuírem guardas municipais. É necessário pensar além dos órgãos de segurança pública.

Marcineiro (2009, p. 55) ensina que o sistema de segurança “precisa agir sistematicamente para fazer a devida evolução”, conceituando “sistema” como a “interrelação entre partes de um dado processo produtivo com a intenção de obter determinado resultado”.

No campo das atribuições e responsabilidades para o controle da ordem pública, cada integrante, mesmo que independente, deve contribuir para que todo o conjunto funcione de maneira organizada e congruente.

Deste modo, o autor supramencionado (MARCINEIRO, 2009, p. 59) diz que o objetivo maior da segurança pública é “fazer a garantia do código de convivência social”, possuindo duas instâncias distintas, a saber, a formal e a informal.

A instância formal é aquela composta por todos os órgãos encarregados pela promoção de justiça criminal e demais organizações que exercem o poder de polícia. Esta instância atua buscando a preservação da ordem pública (MARCINEIRO, 2009, p. 61).

A instância informal é aquela formada por todas as instituições que não trabalham com intuito de promover a segurança e a ordem pública, mas sua existência exerce uma influência significativa sobre elas. São instituições de instância informal a família, a escola, a igreja, a mídia, etc. (MARCINEIRO, 2009, p. 61)

Diante disso, se conclui que a instância informal faz parte do sistema de segurança pública, e todas as instituições formadoras desse eixo estão estabelecidas em território municipal, o que deve ser tratado sob um olhar holístico, uma vez que a interrelação entre as partes de um sistema, deve ser corriqueira para a obtenção de resultados significantes. (MARCINEIRO, 2009, p. 55)

Outrossim, embora seja sabido que a criminalidade possua contornos transnacionais, a maior parte dos problemas, e, suas consequências, ocorre nas ruas, nos bairros, nas praças e nos logradouros do município onde as pessoas vivem e sofrem pela desorganização da ordem pública.

Fato confirmado por Soares (2005), que constatou que cada município brasileiro possui suas peculiaridades no que tange a questão de violência e criminalidade, mas salienta que problemas como a vulnerabilidade da juventude, a diversidade da violência criminal, o tráfico de drogas e outras questões relacionadas ao tema, são uma realidade para todos.

Assim, o grande diferencial dos municípios é que eles possuem uma visão muito mais real, do que de fato são os fatores geradores de todos os tipos de violência, podendo através de um processo metodológico de observação, catalogação, controle estatístico e intervenção, agir nos fatores geradores desses índices, preventivamente, conforme o trecho a seguir:

A presença do Estado em todas as suas expressões (saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, segurança pública, etc.) fortalecerá os vínculos com a comunidade, orientando os cidadãos para um comportamento social baseado nos ditames legais, reduzindo a força dos “poderes paralelos”, diminuindo a sensação de insegurança e aumentando a confiabilidade da população. (MARCINEIRO, 2009, p. 97)

Destarte, é fundamental que os órgãos públicos e os segmentos da sociedade estejam trabalhando de uma maneira mais próxima, sobretudo, de forma mais entrosada e municipalizada, pois, o distanciamento e o desentrosamento entre ambos dificultam o acesso da população, e, conseqüentemente, afastam a parceria necessária entre o poder público e as comunidades.

Para Soares (2005, p.17), há atributos inerentes dos municípios que beneficiam a gestão de atividades na área de segurança, podendo-se destacar: a articulação, a proximidade com a sociedade local e a adequação do planejamento de ações às realidades locais.

Em consonância com o ordenamento jurídico vigente, na seara da ordem pública, que se transformou em um grande problema da população brasileira, atualmente os municípios possuem um mandato legalmente concedido na formulação de políticas nacionais, com a incumbência de propor ações, projetos, programas, medidas e iniciativas, previstas na legislação.

Além do mais, como mais um exemplo de empoderamento e decorrente aumento da responsabilidade municipal nas questões afetas à ordem pública, a Lei Federal nº 13.663/2018 (BRASIL, 2018), que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, deu significativa importância no que concerne a promoção de estratégias para consolidar o enfrentamento ao *bullying*.

Essa Lei Federal determina o enfrentamento dessa prática por meio da busca da conscientização, de prevenção e combate a todos os tipos de violência, e, constante articulação da Rede Municipal de Educação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

A valorização dos municípios na provisão da segurança pública e a inclusão entre os entes responsáveis, acarreta a instituição de programas/ações/projetos de promoção de ordem pública em nível local, que auxilia na manutenção da segurança

comunitária através da participação da sociedade civil organizada na comunidade, a qual consegue, por meio deste modelo, interagir com os serviços municipais com maior fluidez ao colocar em pauta seus problemas relacionados à preservação da ordem pública.

Quando há a compreensão de que violência e crime são fenômenos que derivam de um contexto local e não global, surge a necessidade de proximidade dos gestores de políticas públicas de segurança do problema e uma maior capacitação para atuar na discussão dos problemas sociais através do resgate a participação da sociedade civil como um todo na discussão dos problemas sociais.

As políticas públicas de segurança, somadas com as políticas sociais, quando elaboradas com a parceria entre o ente municipal e os demais atores da sociedade civil, têm investido em mecanismo de redução das oportunidades para o delito com a referência principal de prevenção ao invés da punição.

Por tudo isso, se destaca, que a mudança dos paradigmas, envolvendo a prestação positiva da gestão municipal no exercício da segurança pública, tem como propósito proporcionar a formação de uma sociedade mais democrática e mais cidadã, envolvendo a parceria com a sociedade, a fim de garantir o direito fundamental social à segurança dos indivíduos e o trabalho integrado para o alcance de resultados almejados.

Nessa esteira, levando em consideração essa tendência da municipalização da segurança pública, com o envolvimento da sociedade civil organizada no planejamento, desenvolvimento e execução de políticas públicas de ordem pública, o município do Moreno/PE instituiu o Programa Moreno em Ordem no ano de 2017, através do Decreto nº 058/2017 e buscou concretizá-lo conforme os ditames da Lei Federal nº 13.675/2018.

## **1.2. O Programa Moreno em Ordem**

O Programa Moreno em Ordem foi um projeto da gestão municipal do Moreno, apresentado como uma alternativa para garantir o direito social à Segurança, instituído

pela Carta Magna de 1988, seguindo a tendência da municipalização da segurança pública, trazida na Lei federal nº 13.675/2018, que criou o PNSPDS e instituiu o SUSP.

De acordo com o Decreto Municipal nº 058, de 26 de maio de 2017, tratou-se de um Programa cujo objetivo central era o desenvolvimento, realização e gerenciamento de projetos voltados para a maximização da ordem pública municipal, dentro da perspectiva de protagonismo das comunidades e dos órgãos oficiais municipais, respeito aos direitos humanos, fortalecimento do debate e da democracia, e, sobretudo, incentivo ao fortalecimento de uma cultura de não violência, paz social e cidadanização, sendo desenvolvido a partir da compreensão e da aplicação do conceito de ordem pública.

O Programa utilizou-se do conceito de Lazzarini (1999, p. 21), o qual ensina que a ordem pública é gênero e possui seus elementos constituintes, que são: a salubridade pública, a tranquilidade pública, a segurança pública e a dignidade da pessoa humana.

Segundo Marcineiro (2009, p. 77), ordem pública “não é algo que se impõe”, mas se constrói a partir de uma parceria com todos os atores sociais. Para ele, os profissionais do sistema de segurança pública participam como catalisadores do conjunto, utilizando-se de conhecimentos técnicos e de informações do ambiente que está inserido.

Ainda, Marcineiro (2009, p. 77) define a noção de ordem pública a partir da “sensação de segurança”, que não procede apenas do serviço policial, mas de diversos fatores que contribuem para tal atributo.

Tomando como base essas definições, o município do Moreno adotou estratégias democráticas e cidadãos através do Programa instituído, valendo-se da proximidade, interatividade entre os membros da comunidade e do sistema de justiça criminal e da troca não monetária de valor, baseado na obra de Hock (1999, p. 65).

### **1.2.1. Os princípios do Programa Moreno em Ordem**

De acordo com o Decreto que instituiu o Programa Moreno em Ordem, além dos princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), já elencados pela Lei nº 13.675/2018, o Programa utilizou mais quatro princípios, sendo eles: (i) a busca constante da cultura de paz, conforme orientado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco/ONU; (ii) a gestão comunitário-participativa; (iii) a interação comunitária, o respeito aos direitos humanos, ao ordenamento jurídico vigente, a dignidade da pessoa humana, e à vida humana, e, (iv) a observância das recomendações da Resolução nº 34/169 da Assembleia Geral das Nações Unidas, datada de 17 de dezembro de 1979, especialmente no que concerne às ações de “*accountability*” e “*civilian oversight*”, respectivamente prestação de contas e supervisão civil (MORENO, 2017).

Apoiado em preceitos nacionais e internacionais, o Programa envolveu princípios que exigem a participação da sociedade civil, através da parceria decisória, da prestação de contas do poder municipal para os cidadãos e a supervisão civil da prestação positiva da gestão municipal.

Sendo assim, a presença da sociedade civil organizada foi constatada em todos os fundamentos e princípios do Programa Moreno em Ordem, a fim de atuarem ativamente no controle e na supervisão das ações do poder público, visando alcançar a eficiência operacional, a garantia de direitos e a dignidade da pessoa humana para os cidadãos do município do Moreno.

### **1.2.2. A estrutura do Programa Moreno em Ordem**

No campo da Segurança Pública e Defesa Social, o novo conceito aplicado, pela Prefeitura do Moreno, foi de horizontalidade, intersetorialidade e interconexão entre as secretarias municipais. Com isso, a temática foi conduzida por todas as Secretarias, sendo a ordem pública vista sob um enfoque mais moderno, não apenas policial, mas sim social, e por isso, afeto a todos os servidores públicos municipais (MORENO, 2017).

Indo além da Administração Municipal, o Programa trabalhou em cima de uma estratégia organizacional que proporcionou a parceria decisória entre a população e o poder público, baseada na premissa de que ambos devem trabalhar juntos com objetivo de identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos e, por fim, melhorar a qualidade geral de vida no município (MORENO, 2017).

O Programa Moreno em Ordem foi estruturado a partir de quatro eixos: o político, o legal, o comunitário e o operacional, os quais serão apresentados de forma detalhada a seguir (MORENO, 2017).

O eixo político refere-se ao cumprimento do artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que emoldura a construção de política pública específica no ambiente da segurança pública, estabelecendo um compromisso e a atuação contínua da gestão municipal para oferecer à sociedade, serviços de qualidade no campo da proteção pública, inovando inclusive, na oferta de ações de democracia participativa e na concepção da política pública específica para a contenção da desordem pública.

Já o eixo legal, situa-se na Constituição de 1988, baseada logo em seu preâmbulo “[...] instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar [...]”, no fundamento da dignidade da pessoa humana (artigo 1º), nos direitos e garantias individuais constantes no artigo 5º, na segurança elencada como um dos direitos sociais descritos no artigo seguinte, e por fim, na segurança “[...] como um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, tal qual como consta no artigo 144.

Também há de se considerar o que trata o Estatuto das Cidades. (Lei Federal nº 10.257 de 10/07/2001) em seu art. 2º que diz:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...] II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Isto posto, repensa-se o conceito de prevenção, a partir do município como ente federado, aplicando as prescrições sobre o desenvolvimento da cultura de paz, fazendo uso da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, nº 9394/1996, que traz em seu artigo 12, inciso IV e IX, a incumbência dos estabelecimentos de educação

para a promoção de estratégias de prevenção e combate a todos os tipos de violência, inclusive a interatividade da comunidade escolar com a sociedade civil neste âmbito.

Além da legislação já citada, consta no rol de apoio do Programa, a Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto das Guardas Civis Municipais), bem como a Lei Federal nº 13.675/2018, que instituiu o SUSP e criou a PNSPDS, os diversos Decretos municipais e a recente Lei Complementar Municipal nº 599 de 08 de julho de 2020, que veremos detalhadamente mais a frente.

O eixo comunitário baseia-se na premissa de que as políticas de ordem pública mais exitosas são justamente as que estão lastreadas nos anseios, nas necessidades e expectativas da sociedade, fazendo surgir a convergência das ações mais próximas às demandas da população, organizadas e institucionalizadas por meio dos Conselhos e Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã, que foram instituídas por Decretos e Lei Municipal para atuarem também na prevenção social do crime (MORENO, 2017).

E por fim, o eixo operacional, decorrente das ações táticas e operacionais que visaram, dentro da égide municipal, maximizar os elementos da ordem pública, por meio da tranquilidade, salubridade, segurança e dignidade da pessoa humana (MORENO, 2017).

### **1.2.3. As ações do Programa Moreno em Ordem**

Este tópico refere-se às ações desenvolvidas no decorrer do Programa Moreno em Ordem em todos os eixos estruturantes citados anteriormente. É importante ressaltar que todas as ações descritas aqui, foram retiradas em pesquisa realizada nos diversos documentos oficiais do programa, principalmente nos relatórios de prestação de contas do governo municipal, chamados de Relatório Anuais de “*Accountability*”.

De modo geral, as ações do programa foram desenvolvidas e definidas de acordo com os respectivos prazos de implantação, visando atender as respostas aos anseios, necessidades e expectativas da sociedade, no que concerne a preservação

da ordem pública, através do aumento da salubridade, da segurança e da tranquilidade pública, com o fim de promover, ainda mais, a dignidade da pessoa humana (MORENO, 2017).

Os projetos a curto prazo foram definidos para acontecerem no prazo de 2 anos, os de médio prazo em 6 anos e os de longo prazo entre 7 a 10 anos, atendendo as exigências da Lei Federal nº 13.675/2018.

Todavia, os prazos ora fixados, eram passíveis de mudanças a qualquer momento, de acordo com o contexto cotidiano do município, podendo também, mudar, acrescentar ou retirar qualquer projeto antes estabelecido (MORENO, 2017).

Primeiramente, todos os projetos de ações do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social do Município do Moreno/PE, publicado em Diário Oficial, serão colocados aqui e, posteriormente, haverá uma análise de quais, de fato, se concretizaram.

#### **1.2.3.1. Projetos de curto prazo**

O primeiro projeto de curto prazo proposto foi o “**Diagnóstico sobre a Ordem Pública**”, que consistiu no estudo e análise periódica das condições de ordem pública da cidade, com objetivo de orientar os futuros projetos e iniciativas em relação a matéria. A realização do diagnóstico, tinha como premissa a auscultação das Comissões e Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social.

Outro projeto foi o “**Workshops de Capacitação**”, que buscava promover a sensibilização e atualização da temática referente a ordem pública, no ambiente do Poder Executivo Municipal, informando sobre a necessidade dos gestores em se adequarem à nova plataforma da segurança integrada.

Houve também o “**Projeto Político Pedagógico – PPP**”, que visava orientar as estratégias de formação e capacitação de lideranças cívicas, religiosas, políticas, educacionais, comunitárias e gestores municipais e de Órgãos parceiros, buscando formar quadros com capacidade de interferir cognitivamente no ambiente de ações

preventivas de controle da desordem pública, através da compreensão do fenômeno criminal.

Ainda, como mais um projeto de curto prazo proposto pelo município, teve as **“Comissões e Conselhos Regionais e Municipal de Segurança Pública e Defesa Social”**, sendo Instâncias criadas por Lei Municipal, que congregam as diversas representações da sociedade civil e do Poder Público, visando, de modo permanente, promover a participação e o acompanhamento integrado, na formulação e no desenvolvimento da Política Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.

A **“Sinalização Visual de Segurança Preventiva”**, também foi outro projeto que tinha por objetivo criar e desenvolver mecanismos urbanos de sinalização ostensiva de segurança pública, ao nível do município, que demonstrassem aos cidadãos, os equipamentos e outros aparelhos existentes no perímetro municipal, que atuam para a prevenção da criminalidade, gerando, assim, a promoção da sensação pública de segurança.

Entre diversos projetos, o **“Vídeo Patrulhamento Municipal”**, propôs uma rede própria de vídeo monitoramento, por câmeras, nas principais vias da cidade, com atuação preventiva e de resposta rápida às demandas de prevenção e repressão a criminalidade no perímetro do município. É um sistema que facilita a integração operacional da Guarda Civil com as Polícias e demais participantes do Sistema de Justiça Criminal e Segurança Pública.

Outro projeto de ação foi o **“Encontros com as Comunidades”**, que visava promover a interação comunitária, sob o viés preventivo, estabelecendo a relação entre o município e a sociedade civil organizada, de modo organizado e periódico, inclusive nas questões afetas ao *“accountability”* e ao *“civilian oversight”*.

A **“Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada”**, também foi proposta com intuito de promover e organizar, preventivamente, o debate sobre as questões afetas aos diversos tipos de violências na Rede Municipal de Educação, por meio de grupos de trabalho colaborativos, formados pela comunidade escolar, professores, policiais, e outros segmentos de interesse.

Além daqueles propostos acima, com prazo de 2 anos, as **“Câmaras Temáticas Setoriais”** visavam a promoção de ações para a formação e

funcionamento desses micros fóruns democráticos para o debate e proposição de ideias, projetos e outras manifestações, em número de 03 (três), sendo instituídas dentro de eixos temáticos: Ordem Pública Municipal, Antidrogas e Defesa da Mulher.

Para finalizar o rol de projetos de curto prazo do programa, a “**Operação Combo da Ordem**”, visava a realização de ações de forma periódica e com base em protocolo de integração operacional entre o Município e as Agências de Segurança Pública do Estado, com o fim de alcançar a segurança, a salubridade e a tranquilidade pública.

Nessa proposta o objetivo era a promoção do controle e da redução da violência criminalizada, de modo primário, através da atuação preventiva em parceria com as Polícias, no que reserva a Lei das Agências do Município, responsáveis pela concessão de Alvarás de Funcionamento, Controle Urbano, Vigilância Sanitária e a Guarda Civil Municipal - GCM.

#### **1.2.3.2. Projetos de médio prazo**

O poder executivo municipal propôs a criação do “**Fundo Municipal de Segurança Pública e Defesa Social**”, que buscava a provisão de recursos para financiarem ações e projetos que visassem à adequação, à modernização, à aquisição e à manutenção de equipamentos e serviços de ordem pública, principalmente para a instrumentalização da Guarda Civil Municipal.

Ainda, foi proposto para se enquadrar nos projetos de médio prazo, a “**Patrulha Municipal “Maria da Penha”**”, que visava promover um sistema operacional de proteção, no âmbito do Município, através da Guarda Civil Municipal, estabelecendo ações, em conjunto com outros Órgãos, para a efetiva proteção de mulheres vítimas de violência.

Incluso no rol de projetos, o “**Fórum Metropolitano de Ordem Pública**”, visava fomentar e promover a discussão dos assuntos comuns na pauta metropolitana, no que se refere à temática da desordem pública. A proposta era de um encontro anual, no qual, as Comissões e Conselhos Municipais e Regionais de Segurança Pública e

Defesa Social participariam, com o objetivo de debater os resultados e perspectivas da Política Municipal de Segurança Pública, buscando a união de esforços para o controle integrado da criminalidade.

Neste sentido, os “**Corredores de Segurança Ostensiva da Guarda Civil Municipal**” também foi proposto com objetivo de capilarizar os equipamentos, viaturas e os efetivos da Guarda Civil Municipal, através de rede modular ostensiva em torno das principais vias e Escolas do Município, como forma tanto de maximizar a proteção pública, quanto de atuar de modo organizado e célere, em caso de necessidade de repressão imediata ao crime e a violência.

E, por fim, a criação do “**Centro Municipal de Comando e Controle – CMCC**”, que objetivava a criação através de Lei Municipal, do Centro Municipal de Comando e Controle para promover a integração em um só espaço público, de todos os serviços de emergência, incluindo a Defesa Civil, a Guarda Civil Municipal, a Central de Ambulâncias e o Serviço de Vídeo Patrulhamento.

### **1.2.3.3. Projetos de longo prazo**

De acordo com o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, mencionado nas linhas anteriores, o projeto “**A Gente de Paz**”, estipulado para ser concluído no prazo de 7 a 10 anos, propôs a busca da efetivação da “Cultura de Paz” no Moreno, por meio de ações de integração e recepção da transversalidade de todas as demais políticas públicas que estivessem em execução no Município, visando o alcance do controle da violência criminalizada (MORENO, 2017).

Nessa proposta, todas as Secretarias Municipais deveriam dar foco à promoção interativa em parceria e sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, através dos diversos projetos e ações implementadas no município (MORENO, 2017).

Em especial, a busca pela inclusão social por meio de projetos nas áreas de esporte, lazer, promoção socioeconômica, desenvolvimento humano, cultural, proteção de minorias contra a discriminação social e tratamento da dependência

química, distanciando-se de fórmulas convencionais comprovadamente ineficazes historicamente (MORENO, 2017).

Este projeto objetivou a adoção dos tipos de prevenção<sup>3</sup> de Estado (primária, secundária e terciária) à criminalidade, atuando nas regiões de alta incidência criminal, indicadas por diagnóstico prévio, buscando diminuir as possibilidades dos jovens, de 15 a 29 anos, ingressarem na rotina do crime.

O projeto “**A Gente de Paz**”, foi composto pelos seguintes subprojetos:

- **Subprojeto Cultural:** Que visava a ocupação do tempo dos jovens com projetos culturais individuais ou coletivos, criando alternativas à marginalidade em que se encontram submetidos.

- **Subprojeto Esporte:** Que serviria como alternativas de ocupação do tempo ocioso, fundamentais para deslocar o cidadão dos circuitos marginais. O oferecimento de práticas desportivas à comunidade, supervisionadas por profissionais de educação física, era uma das alternativas. Para tanto, este subprojeto deveria atuar em conjunto com as Comissões, e Conselhos Regionais de Segurança Pública e Defesa Social, para implementarem nos bairros. Um dos objetivos deste subprojeto era auxiliar as comunidades na estruturação de campeonatos anuais.

- **Subprojeto Socioeconômico:** Para este subprojeto ficaria a incumbência de, mediante parcerias com os setores interessados da sociedade, incentivar a criação de empresas e cooperativas que tenham importância real no mercado de trabalho, constituindo-se como uma fonte de captação de recursos alternativos aos setores econômicos marginais.

- **Subprojeto de Tratamento de Dependência Química:** A ideia deste subprojeto era apoiar organizações da sociedade civil que executavam indiretamente as ações de prevenção terciária, visando evitar a ocorrência da reincidência criminal, pelos egressos do sistema penitenciário que voltavam a residir em Moreno.

---

<sup>3</sup> Tema abordado por Valter Foletto Santin, em sua obra “Controle judicial da Segurança Pública: Eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime”.

Aqui, deveriam ser estabelecidas parcerias com as diversas agências estatais, ou vinculadas às organizações da sociedade civil organizada, buscando efetivar e perenizar as atitudes proativas para o controle e diminuição da delinquência de um modo amplo, estimulando a participação das comunidades mais expostas à violência criminalizada e social.

Em todos os projetos mencionados, o município tinha como objetivo, estruturar todo o processo de trabalho com base na atuação das Comissões e Conselhos Regionais de Segurança Pública e Defesa Social.

Ainda, de acordo com o Decreto nº 058/2017, para fins de cumprimento integral dos projetos propostos, utilizaram-se do critério de designação formal e da responsabilidade em relação a todos os servidores municipais, ou quaisquer pessoas envolvidas em sua execução. Assim, cada proposta seria supervisionada e executada por determinado setor da prefeitura municipal.

#### **1.2.4. Análise das ações que se efetivaram no município do Moreno/PE**

A análise das ações que se efetivaram no município será feita por ordem cronológica, que se iniciará no ano de 2017, primeiro ano da execução do programa. Em seguida, veremos as ações dos anos de 2018 e 2019, respectivamente. Frisa-se que no ano de 2020, último ano de exercício do Prefeito que implantou o programa, houve o congelamento das ações, devido ao agravamento da pandemia de COVID-19 no Brasil, e de forma específica, no município do Moreno/PE.

De acordo com o relatório de prestações de conta do governo municipal, no ano de 2017, de janeiro a abril houveram reuniões exploratórias e o diagnóstico sobre a situação de insegurança pública, bem como iniciou-se a implantação de Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada nos bairros do município do Moreno/PE.

Nos meses de junho e julho daquele ano, ocorreram os encontros com as comunidades para o processo de auscultação dos anseios, necessidades e

expectativas dos comerciantes, empresários e outros empreendedores locais, bem como dos diversos segmentos da sociedade civil.

Logo mais, em agosto sucedeu a 1ª fase do Curso de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada para Gestores Escolares e Lideranças da sociedade civil organizada, com término em dezembro do mesmo ano, com o cronograma e conteúdo baseado no PPP, aprovado através da Resolução nº 001/2017 do Comitê Gestor do Programa Moreno em Ordem, após ser aprovado previamente pela Secretaria Municipal de Educação.

Analisando as ações pelos eixos estruturantes do programa, no ano de 2017, no eixo político, foram realizadas reuniões com autoridades municipais, estaduais e federais que operam no Sistema de Justiça Criminal; ocorreu o processo de interatividade social por parte do Poder Executivo, junto às comunidades; a criação da 1ª política pública municipal de ordem pública e segurança cidadã integrada; a busca de investimentos junto à bancada Federal e outros Órgãos do Governo Federal, inclusive, nesse período, o município recebeu a visita dos Ministros da Defesa e do Desenvolvimento Social do Governo Federal que foram com intuito de conhecer o programa.

Ainda, no ano de 2017 houve a assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado de Pernambuco - MPPE, aderindo ao Pacto pela Segurança Pública, o que ratificou o compromisso do município no que diz respeito a redução das taxas de criminalidade violenta do local, que como dito anteriormente, estavam em constante crescimento.

Dentro do eixo legal, ocorreu a edição de Decreto criando a 1ª política pública municipal de ordem pública e segurança cidadã integrada no Moreno; a criação por Decreto e estruturação do Comitê Executivo de Governança para gestão colegiada do Programa Moreno em Ordem; a criação por Decreto do Regimento Facultativo para as Comissões e Conselhos de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada e a inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias municipal do eixo “Ordem Pública e Segurança Cidadã”.

No eixo comunitário, a prefeitura municipal do Moreno/PE promoveu os encontros comunitários mensais para a discussão dos assuntos referentes à ordem

pública, em todos os seus vieses (salubridade, segurança e tranquilidade); o empoderamento comunitário com a formação de 30 (trinta) Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada, com reuniões periódicas; a capacitação de mais de 50 Lideranças Comunitárias e 33 Gestores Escolares no Curso de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada e o estímulo à conectividade entre as Escolas Municipais e as Lideranças Comunitárias.

Ademais, naquele ano e no último eixo estruturante do programa Moreno em Ordem, o eixo operacional, foram realizadas ações referentes à criação das Câmaras temáticas da Mulher, da Ordem e Antidrogas; as operações contra o transporte clandestino e a criação do “Combo da Ordem”, compreendendo a ação articulada, planejada e interativa dos diversos segmentos operacionais do Sistema de Justiça Criminal, envolvendo a Operação Sossego, Operação Retirada de Carcaças, Operação Inverno, Operação Calçada Livre e a Operação Escola Protegida. Todas as operações visavam os elementos da ordem pública: a salubridade pública, a tranquilidade pública, a segurança pública e a dignidade da pessoa humana.

Considerando os documentos oficiais e fotos relacionadas às ações mencionadas (Anexo II), realizadas no ano de 2017, quase todas as propostas de projetos de curto prazo foram iniciadas no primeiro ano de implementação do programa, exceto o Vídeo Patrulhamento Municipal, a Sinalização Visual de Segurança Preventiva e a Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã.

Findada a análise de 2017, partiremos para as ações realizadas no ano de 2018, a começar pelos projetos desenvolvidos no eixo político do programa. Naquele ano, houveram tratativas sobre a criação do Consórcio Metropolitano de Segurança Pública com a Diretoria do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Segurança Pública (CONSEMS); a continuidade da realização de encontros com autoridades municipais, estaduais e federais que operam no Sistema de Justiça Criminal; a manutenção do processo de interatividade social por parte da gestão municipal, junto às comunidades; a criação da 1ª Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada do Estado de Pernambuco, com a aprovação do Caderno de Estratégias Prospectivas; o convênio firmado com o Ministério da Justiça para ações de prevenção às drogas nas Escolas; a adesão ao CONSEG–Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Defesa Social, reconhecido pelo Ministério da

Justiça e Segurança Pública, e a constante busca de investimentos junto ao Governo Federal.

No eixo legal, o Decreto que regulamentou as atividades da 1ª Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada foi editado e publicado, além da manutenção na Lei de Diretrizes Orçamentárias do eixo afeto à ordem pública e segurança cidadã e a sanção da lei que autorizou a participação do município do Moreno/PE no CONSEG.

As ações relativas ao eixo comunitário, em 2018, se deram a partir da continuidade da realização de encontros comunitários mensais para a discussão dos assuntos referentes à ordem pública; da organização e realização da eleição do 1º Conselho Regional de ordem pública e segurança cidadã integrada; da continuidade da capacitação de mais 33 (trinta e três) educadores municipais no Curso Avançado de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada; da realização de exercícios práticos de culminância em ordem pública e segurança cidadã integrada em Escolas Municipais e, por fim, do início do desenvolvimento do Projeto “A Gente de Paz”, com eventos de cultura, esporte e lazer em diferentes pontos do município.

Quanto ao eixo operacional, ainda no ano de 2018, houveram constantes ações fiscalizatórias para a desobstrução de calçadas e ruas ocupadas de modo irregular; a conclusão da 1ª etapa do processo licitatório de vídeo patrulhamento; encontros regulares das Câmaras temáticas da Mulher, da Ordem e Antidrogas; operações contra o transporte clandestino e a ocupação urbana irregular; palestras sobre prevenção no ambiente da Defesa Civil e a manutenção do “Combo da Ordem”, compreendendo a ação articulada dos agentes do Sistema de Justiça Criminal, envolvendo as operações desenvolvidas no ano anterior.

Se nota que no ano de 2018, as ações foram realizadas visando a continuidade dos trabalhos do ano anterior e, ainda, ocorreu a implementação de novas ações anteriormente propostas, como exemplo, a criação da Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã e o início da execução do projeto “A Gente de Paz”.

Caminhando para o ano de 2019, último ano que será analisado pela presente pesquisa, os documentos oficiais da Prefeitura do Moreno/PE evidenciam que no

universo dos projetos de ações propostos no início do programa, um total de 84% delas se efeturaram no período pesquisado.

Ainda, no período de 2019, foram realizadas diversas ações no âmbito dos quatro eixos estruturantes do programa, tendo em todas as etapas, a constante participação da sociedade civil organizada.

De janeiro a março daquele ano, ocorreu o encontro para apresentação do Relatório Anual de “*Accountability*” do Programa Moreno em Ordem, referente ao ano de 2018, às Autoridades civis, militares e eclesiásticas na Câmara Municipal do Moreno; lançamento do Projeto de Videopatrulhamento municipal; encontros mensais com as Comissões de cada bairro do município; a realização de seminário para o Comitê Executivo de Governança do programa, responsável pelo monitoramento de todas as ações; a realização de eleições para a constituição de mais dois Conselhos Regionais e a elaboração de Decreto municipal para a regulamentação das Câmaras Temáticas Setoriais.

De abril a julho de 2019, foram realizados encontros mensais de capacitação executiva de Educadores da Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada; encontros mensais de avaliação com Comissões/Conselhos Regionais de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada; solenidade de posse dos Conselheiros Regionais de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada na Câmara Municipal e reuniões mensais com o prefeito e com a Coordenação Geral do Programa Moreno em Ordem.

No segundo semestre, além da continuidade das reuniões mensais com os diversos setores envolvidos com o programa, ocorreram ações referentes aos subprojetos de esporte, lazer, cultura e educação (conforme fotos no Anexo II) e a redação de projeto de Lei para criar os Conselhos Municipais de Segurança Cidadã e Defesa Social.

A partir da exposição das ações realizadas através do Programa Moreno em Ordem, se conclui que no decorrer dos três primeiros anos do referido programa, a sociedade civil organizada participou de forma contínua no planejamento e nas ações executadas. Os encontros mensais com as Comissões serviram como base das estratégias do poder público durante esse período.

Deste modo, para confirmarmos se a participação da sociedade civil organizada foi, realmente, importante para o êxito do Programa Moreno em Ordem, será necessária a realização de uma análise dos resultados dessa parceria e a investigação, através da pesquisa de campo, da real participação de seus representantes no desenvolvimento do programa.

#### **1.2.5. Análise dos resultados do Programa Moreno em Ordem**

O Programa Moreno em Ordem foi desenvolvido para se tornar uma possível solução para os problemas advindos da criminalidade violenta que estavam em constante crescimento no município do Moreno/PE.

Como já demonstrado em linhas anteriores, dados da Secretaria de Defesa Social - SDS de Pernambuco comprovaram o constante crescimento da criminalidade nesse município até o ano de 2017, no qual houve uma elevação de homicídios, com uma taxa de 94,8 por 100 mil habitantes, acima da média brasileira naquele ano, que foi de 31,59, seguindo-se o mesmo critério estatístico.

A análise dos resultados do programa será baseada, principalmente, no número de homicídios durante os anos pesquisados, ou seja, de 2017 a 2019, todavia, a pesquisa importou trazer dados referentes à violência criminalizada patrimonial, que são todos os crimes classificados como roubo, extorsão mediante sequestro e roubo com restrição da liberdade da vítima em números totais.

Assim como as ações do programa foram analisadas de modo cronológico, começando do ano 2017 a findar no ano 2019, os resultados também serão apresentados nessa ordem.

No site da SDS de Pernambuco, encontramos os indicadores de criminalidade violenta do município do Moreno a partir do ano de 2004. Deste momento inicial até o ano de 2016, o município nunca havia registrado mais do que 40 homicídios por ano. Ainda, esses dados evidenciaram que de 2004 a 2017, em todos os anos houve um aumento desse indicador.

Em dezembro de 2016, ocorreram dez registros de homicídios dolosos em Moreno, fato este que deixou a população morenense vulnerável e perplexa com a violência no local, segundo informações obtidas pelos entrevistados durante a pesquisa.

Em 2017 não foi diferente. Naquele ano houve um recorde dos indicadores de criminalidade violenta nunca antes registrados na história do município. Foram 59 homicídios registrados em uma cidade com aproximadamente 62.000 habitantes.

Para efeitos de comparação, em um município de mesmo porte, localizado no Rio Grande do Sul, São Borja registrou no mesmo ano apenas 12 homicídios<sup>4</sup>.

Quanto aos crimes violentos contra o patrimônio, ainda em 2017, foram registrados no município do Moreno um total de 697 (seiscentos e noventa e sete), número este que estava em constante crescimento durante os anos anteriores.

No ano seguinte, em 2018, o indicador de violência criminalizada começou a cair, registrando em um ano um total de 31 homicídios e 452 (quatrocentos e cinquenta e dois) crimes violentos contra o patrimônio. Em 2019, foram contabilizados 30 homicídios e 474 (quatrocentos e setenta e quatro) crimes violentos patrimoniais.

Apesar do pequeno aumento de crimes violentos contra o patrimônio no ano de 2019, esse quantitativo não demonstrou a continuidade de crescimento no ano subsequente. A presente pesquisa não se valeu de analisar o ano de 2020, porém, é importante ressaltar que a violência criminalizada continuou com a tendência de queda no ano seguinte à análise.

Levando em consideração o constante crescimento da violência criminalizada na linha histórica do município e a percepção da queda desse indicador a partir do ano de 2018, podemos dizer que o Programa Moreno em Ordem, implementado em 2017, foi fator condicionante para essa redução, visto que nenhuma outra mudança relevante aconteceu no município ou na região metropolitana do Recife/PE nesse período.

Além disso, segundo entrevista dada pelo Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco à época, sr. Antônio de Pádua, em 2018 Pernambuco foi o

---

<sup>4</sup> De acordo com os dados obtidos por meio do *website* da Prefeitura de São Borja/RS.

estado que mais teve redução de homicídios em todo o Brasil, e segundo ele, o município do Moreno teve resultados ainda melhores devido ao trabalho integrativo.

Sendo assim, se conclui que as ações do Programa Moreno em Ordem trouxeram resultados significativos em relação a queda da criminalidade violenta no município, demonstrado pelas taxas de crimes violentos letais intencionais, caindo então de 94,8 por 100 mil habitantes em 2017, para 49,8 em 2018 e 48,2 em 2019.

#### **1.2.6. A Organização e Normatização do Programa Moreno em Ordem**

Como já vimos anteriormente, um dos eixos estruturantes do Programa Moreno em Ordem é o eixo legal. Deste modo, a gestão municipal buscou normatizar através de Decretos e lei complementar tudo aquilo que era considerado essencial para o andamento e eficácia do programa.

Esta pesquisa empenhou-se em apresentar cada instrumento normativo utilizado no Programa Moreno em Ordem. Dessa forma, abordaremos os assuntos trazidos em cada Decreto municipal e lei complementar publicados em Diário Oficial no período de execução do programa.

O primeiro instrumento normativo publicado em Diário Oficial, foi o Decreto nº 058, de 26 de maio de 2017, que instituiu o programa para o desenvolvimento da política pública de ordem pública e segurança cidadã integrada no município do Moreno, denominado de Programa Moreno em Ordem. (MORENO, 2017)

Nesse Decreto, estão elencados os objetivos do programa, os eixos estruturantes, a utilização dos instrumentos “*accountability*” e “*civilian oversight*” previstos na Resolução nº 34/169 da ONU, bem como os projetos/ações/operações propostos pelo programa, servindo como fonte para as explicações feitas por esta pesquisa nas páginas anteriores. (MORENO, 2017)

Nesse mesmo instrumento normativo, foi dada a atribuição para a elaboração, o desenvolvimento, a análise sistemática dos resultados e o controle de todas as fases do programa para um Comitê Executivo de Governança, órgão colegiado, coordenado

pelo gabinete do prefeito municipal e também para a Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança Cidadã. (MORENO, 2017)

Outro Decreto publicado no Diário Oficial foi o de nº 059/2017, que criou estrutura executiva e designou membros para compor o Comitê Executivo de Governança e responsáveis pelos projetos do Programa Moreno em Ordem. (MORENO, 2017)

A justificativa dessa designação de responsáveis foi dada a partir da redução de riscos e danos para buscar o atendimento dos anseios, necessidades e expectativas dos membros da sociedade civil organizada. (MORENO, 2017)

Através do Decreto nº 059/2017, foi autorizada aos membros da Coordenação Geral, dentro do que prevê a Lei, a formulação e a proposição de parcerias e convênios com os órgãos estaduais e federais para o desenvolvimento do programa. Essa autorização demonstrou a horizontalidade nas questões referentes à ordem pública, dando autonomia às secretarias membros da Coordenação Geral. (MORENO, 2017)

Ainda no ano de 2017, com as Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã formadas e capacitadas, a prefeitura municipal do Moreno/PE instituiu através do Decreto nº 159, de 27 de novembro de 2017, o Regimento básico facultativo para o funcionamento das Comissões e dos Conselhos Regionais de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada dentro do Programa Moreno em Ordem. Com base nesse Regimento, discorreremos sobre o modelo de participação da sociedade civil organizada no programa no capítulo seguinte.

Em seguida, uma novidade para o Estado de Pernambuco foi trazida através do Decreto nº 085, de 29 de agosto de 2018, que instituiu a primeira Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada no município do Moreno.

Essa Comissão estreou o debate continuado sobre o controle da violência criminalizada, por meio de ações que tinham por base e origem o processo de educação da sociedade morenense, através dos gestores escolares e servidores da Rede Municipal de Educação, qualificados e habilitados, por meio do Curso Avançado de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada. (MORENO, 2019)

A criação da Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada foi justificada a partir da existência de um consenso acadêmico e também entre o meio social, da educação como uma poderosa ferramenta de transformação social, confirmando que o ambiente escolar deve ser um ambiente pacífico e cidadão, promovedor da cultura de paz, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/1996).

Além dos aludidos Decretos, consta no rol normativo do programa o de nº 040, de 24 de abril de 2019, que instituiu as Câmaras Temáticas Setoriais, que se constituem em fóruns de debate e discussão democrática atinente aos assuntos que envolvem a ordem pública e a segurança pública municipal. Elas possuem eixos temáticos que são: (i) Ordem pública municipal, (ii) Antidrogas e (iii) Defesa da Mulher. (MORENO, 2019)

Formadas por servidores públicos municipais e cidadãos da sociedade civil, cujo perfil profissional, comunitário ou acadêmico tenha alguma relação com a temática da ordem pública, essas Câmaras Temáticas Setoriais possuem como atribuição o estudo, a análise e a propositura de sugestões que envolvem aspectos relativos à tranquilidade, a salubridade e a segurança municipal. (MORENO, 2019)

Frisa-se que o Decreto que instituiu as Câmaras Temáticas Setoriais trouxe um viés comunitário muito forte, pois era necessária a constante busca pela participação da sociedade civil organizada em todas as fases ou etapas do trabalho realizado por elas. (MORENO, 2019)

Outro aspecto relevante do Decreto nº 040/2019 diz respeito ao reconhecimento do trabalho conjunto entre a sociedade civil e as Câmaras Temáticas, colocando o poder público municipal num papel de devedor de reconhecimento de todos aqueles que contribuíram para seu funcionamento adequado. (MORENO, 2019)

Ademais, além dos Decretos, uma Lei Complementar foi aprovada e sancionada durante a execução do Programa Moreno em Ordem. Trata-se da Lei nº 599, de 08 de julho de 2020, que legitima os Conselhos Municipais e Regionais de Segurança Pública e Defesa Social no Município do Moreno/PE. Nela encontram-se os conceitos basilares e a formalização do funcionamento desses órgãos representativos.

Conforme as análises feitas sobre as ações e resultados do Programa Moreno em Ordem, se conclui que todos esses instrumentos normativos foram essenciais para o desenvolvimento do programa, pois, de certa forma, reconheceram e ratificaram tudo aquilo que já estava sendo feito através da parceria entre o poder público e os representantes da sociedade civil organizada, no âmbito da ordem pública municipal, dando à sociedade civil organizada ainda mais poder e legitimidade para demandar a prestação positiva do poder público.

## 2. Apontamentos metodológicos

### 2.1. Recorte Geográfico

Na metade do século XVI, o atual território do município do Moreno, localizado na região metropolitana do Grande Recife, era apenas um núcleo de colonização onde funcionavam engenhos de açúcar, com mão de obras escravas indígenas e posteriormente, africanas (DAVIDSON, 2018, p.13).

Essa faixa de terra foi vendida para Baltazar Gonsalves Moreno, ficando a frente dessa propriedade por cerca de 40 anos, o que fez o local herdar seu nome. Após sua morte, o atual município do Moreno, emancipado em 1 de janeiro de 1929, serviu como palco de grandes acontecimentos históricos, como por exemplo, a recepção do Imperador D. Pedro II (DAVIDSON, 2018, p.14,25).

Com o passar do tempo, sua população expandiu e segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município do Moreno tem sua população estimada em 61.577 pessoas (2016), ocupando uma área territorial de 196,012 km<sup>2</sup>.

A cultura agrícola se firmou e até hoje é a principal fonte de renda do município, que possui o Produto Interno Bruto per capita de R\$ 9.282,63 (nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos), ao passo que um município do mesmo porte, conforme citado anteriormente, São Borja no Rio Grande do Sul, possui o PIB per capita de R\$ 26.740,00 (vinte e seis mil, setecentos e quarenta reais), dados que evidenciam os indicadores de vulnerabilidade social do município do Moreno (IBGE, 2012).

Ainda, comparando o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de mesmo porte, Moreno possui o índice de 0,652 enquanto São Borja, 0,736. Esses dados comparativos mostram que o município do Moreno possui muitos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, ficando ainda mais evidente, com os dados da tabela a seguir:

Tabela 1

Pessoal ocupado total	6.878 pessoas
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Rural	160,00 reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Urbana	255,00 reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Rural	869,52 reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Urbana	1.231,76 reais

FONTE: IBGE, 2012.

Os elevados indicadores de vulnerabilidade social podem condicionar o crescimento dos índices de violência criminalizada, e nesse sentido, os dados da SDS de Pernambuco apontam para essa direção. No ano de 2017, o Município do Moreno registrou uma taxa de homicídios de 94,8 (por 100 mil habitantes)<sup>5</sup>, ao passo que a média brasileira foi de 31,59, seguindo-se o mesmo critério estatístico.

Assim, com o intuito de melhorar os indicadores de criminalidade violenta em todo território do município do Moreno/PE, o Programa Moreno em Ordem foi instituído a partir do Decreto Municipal nº 058/2017.

## 2.2. Metodologia de Pesquisa

Este tópico se destina a expor os procedimentos metodológicos adotados durante a realização desta pesquisa, que se dedicou em verificar a importância da

<sup>5</sup> Relaciona a quantidade registrada de homicídios pela população da Cidade.

sociedade civil organizada para o sucesso do Programa Moreno em Ordem, implementado no município do Moreno, região metropolitana de Recife/PE.

Após a definição do objeto da pesquisa, houve a necessidade de buscar os procedimentos metodológicos para acharmos resultados relevantes. Assim, seus aspectos e suas especificidades tanto em relação ao objeto de pesquisa quanto aos recursos que nos estavam disponíveis para sua execução, tiveram de ser levados em conta para a coleta de dados.

Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p.14) “a Metodologia Científica é a disciplina que estuda os caminhos do saber, sendo que “método” quer dizer caminho, “*logia*” quer dizer estudo, e “ciência” quer dizer saber”. Assim, para o êxito do presente estudo, foi necessário a utilização do método misto que combina ou associa as metodologias qualitativa e quantitativa, para a investigação sobre o problema de pesquisa proposto.

O método qualitativo foi utilizado com a intenção do aprofundamento da compreensão de um grupo social, que no nosso contexto foi a sociedade civil organizada e os agentes do poder público que participaram do Programa Moreno em Ordem no município do Moreno/PE. Este método zela em buscar os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, com foco na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, e por isso, optamos por escutar os diversos atores e atrizes do programa, para compreendermos e analisarmos sobre a importância da participação da sociedade civil organizada no planejamento, elaboração e acompanhamento de políticas públicas de ordem pública no município ora referido.

Já o método quantitativo foi utilizado nesta presente dissertação, na medida que utilizamos a análise de documentos, dados e resultados do Programa Moreno em Ordem. Embora o objetivo geral da pesquisa não seja a demonstração de dados e resultados do programa, foi necessário o uso desse método para alcançarmos os objetivos específicos e confirmarmos ou não a hipótese de que a participação da sociedade civil organizada foi importante para o sucesso do programa.

Desta maneira, inicialmente houve a construção de um referencial teórico e documental por meio de pesquisa bibliográfica sobre o tema “municipalização da segurança pública”, e, em seguida, uma pesquisa documental do programa Moreno em Ordem, através dos relatórios de prestação de contas da Prefeitura Municipal do Moreno/PE, dos Decretos e Lei Complementar publicados em Diário Oficial, bem como dos dados e indicadores disponibilizados no site da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

Ainda nesta fase, buscamos os instrumentos necessários para a consecução da pesquisa, cujo objetivo principal é obter respostas para o problema abordado. Conforme ensina Prodanov e Freitas (2013), o referencial teórico e documental foi feito a partir da leitura sobre temas considerados importantes para o desenvolvimento do presente estudo, o qual será abordado e referenciado na fase da análise dos dados coletados.

Após esse primeiro momento, foi realizada a pesquisa de campo, através de entrevistas com o público envolvido. Destaca-se que foram observados os preceitos éticos necessários, inclusive com a submissão do projeto de pesquisa proposto ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Vila Velha - UVV, sob o nº CAAE 42892921.2.0000.5064, após a qualificação da pesquisa, considerando o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, conforme a Resolução nº 466/12, de 11 e 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

O método de coleta de dados escolhido é um procedimento utilizado na investigação social, com objetivo da obtenção da compreensão de determinado assunto ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI, LAKATOS, 2003).

Assim, durante os meses de março e abril de 2021, foram realizadas entrevistas com os participantes do Programa Moreno em Ordem. Ao todo foram dez entrevistados, sendo seis pessoas atuantes da sociedade civil organizada, representantes do segmento religioso, do território urbano, do território rural, da classe de professores da educação básica e lideranças comunitárias e quatro do poder público municipal. Essa quantidade de participantes foi decidida a partir do universo da representatividade dos segmentos da sociedade, com intenção de colher informações e dados de, pelo menos, cada segmento representado e com participação ativa no programa, a partir do roteiro semiestruturado contido no ANEXO I.

Apesar de terem sido dez entrevistas, ao todo convidamos quinze pessoas envolvidas com o programa, sendo dez representantes da sociedade civil organizada e cinco do poder público, considerando que tínhamos representantes de 1/3 dos 30 (trinta) Conselhos e Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã do município.

Porém, pelo fato de que todos os encontros ocorreram virtualmente, através de diferentes plataformas, sejam elas: “*Microsoft Teams*”, “*Google Meet*” e “*Zoom Meeting*”, tendo em vista o agravamento da pandemia da COVID-19, dois representantes da sociedade civil não puderam participar devido aos problemas relacionados à internet em suas residências e outros dois tiveram complicações da COVID-19 durante o tempo da pesquisa, levando-os à óbito, infelizmente.

Quanto aos convites feitos para os representantes do poder público, decidimos por convidar atores/atrizes dos setores que mais trabalharam dentro do Programa Moreno em Ordem. Ao todo foram cinco convites, conforme dito nas linhas anteriores.

Contudo, na etapa de planejamento das entrevistas decidimos diminuir a quantidade de representantes do poder público, para focarmos mais nas falas da sociedade civil organizada. Por isso, um dos cinco convites realizados anteriormente foi cancelado. Este cancelamento foi escolhido baseado nas informações que já havíamos levantado, deste modo, não houve prejuízo para a pesquisa.

Para a realização dos convites, tivemos uma grande aliada, que foi a servidora pública municipal responsável pelo setor de mobilização social durante a execução do

Programa Moreno em Ordem. Graças a ela, conseguimos os contatos para a realização dos convites.

Todos eles foram realizados através de ligações ou conversa por “*WhatsApp*”. Nesse contato havia uma breve apresentação pessoal da pesquisadora, era passado um resumo sobre a pesquisa e sua importância para a sociedade e, por fim, o convite era feito. O aceite era instantâneo, porém o agendamento se dava em outro momento, quando os convidados confirmavam os dias e horários disponíveis.

No momento da entrevista, em obediência aos requisitos do CEP, da UVV, de maneira mais detalhada, tecemos considerações que envolviam o sigilo da identidade do entrevistado(a) e das informações prestadas, inclusive sobre a gravação da reunião virtual, que seria posteriormente reduzida a termo e arquivada com a pesquisadora. Feitas as explicações preliminares, a entrevista era iniciada.

Vale destacar que, por conta das questões éticas, as entrevistas foram categorizadas em sujeitos a, b, c, d, e, f, relacionados aos representantes da sociedade civil organizada e em sujeitos 1, 2, 3, 4 relacionados aos representantes do poder público municipal, que terão suas falas transcritas em momento oportuno neste texto.

Ainda, no decorrer dos encontros virtuais, com aproximadamente uma hora de duração, notamos que todos estavam engajados com o Programa Moreno em Ordem. Nem todos os participantes eram lideranças comunitárias, alguns apenas faziam parte das comissões de bairro. Eram trinta comissões espalhadas em todo município, na área urbana e também na área rural.

Nas entrevistas, pode-se notar que não houve negação de nenhum convidado para responder as perguntas do roteiro semiestruturado, ao contrário, foram todos solícitos e preocupados com a temática. Sendo assim, focamos na participação do indivíduo no programa, por isso, as perguntas foram desenvolvidas a partir do ponto de vista do entrevistado. Deixamos todos a vontade para falarem sobre a sua participação na desenvoltura do Programa e também para escolherem o horário mais adequado de suas agendas para o encontro virtual.

Nessas reuniões realizadas individualmente, foram abordados, após uma breve apresentação de cada entrevistado, temas capazes de responder aos objetivos desta

pesquisa, começando pela mobilização dos segmentos da sociedade civil para participarem das etapas do programa.

Em seguida, os entrevistados responderam sobre as regras de participação e sobre a capacitação obrigatória para os participantes do Programa Moreno em Ordem. Após esse entendimento, foram abordados temas como, encontros, escuta, ações, obstáculos, meios de comunicação entre a sociedade e o poder público municipal, violência no município e resultados.

Assim, a metodologia mista escolhida permitiu investigar com mais profundidade acerca da importância da participação da sociedade civil organizada no programa implantado pelo poder público do município do Moreno/PE, e obter um conjunto de dados mais completo, por meio da escuta ativa dos relatos e documentos colhidos, alcançando assim, uma compreensão mais rica a respeito dos diálogos e respostas obtidos durante as entrevistas realizadas. (DINIZ, 2010, p. 187)

Feitas estas considerações introdutórias, no item seguinte pormenorizamos cada uma das etapas que compreenderam o tratamento e a análise de dados da presente pesquisa, que foi desenvolvida por meio de procedimentos metodológicos tradicionais em ciências humanas, anelando garantir o devido rigor metodológico intrínseco a qualquer produção de caráter científico.

### **2.3. Tratamento e Análise de dados**

Segundo Minayo (1994), a pesquisa possui três momentos: a fase exploratória, o trabalho de campo e o tratamento do material. Neste tópico iremos abordar sobre como foram realizados o tratamento e a análise dos dados coletados na fase do trabalho de campo.

O instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo foi a entrevista. Conforme foram acontecendo, com o devido consentimento dos envolvidos e obedecidos os critérios éticos que permeiam esse modelo de pesquisa, os encontros foram gravados através das plataformas utilizadas e oportunamente transcritas.

Primeiramente, começamos a tratar os dados através das transcrições. As falas de todos os participantes foram alinhadas e transcritas conforme roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas. Após a realização dessa redução para documento escrito, os dados coletados ficaram ordenados e prontos para serem separados em arquivos isolados por pergunta e com todas as respostas dos participantes para cada questionamento do roteiro, decompondo-os em elementos menores. (YIN, 2016, p. 184).

A ação descrita acima nos possibilitou ordenar os dados para a realização de uma leitura crítica e dinâmica, deste modo, após a primeira apreciação, separamos os dados coletados por blocos temáticos, com uma nova separação de arquivos com objetivo de reorganizar os fragmentos ou elementos decompostos anteriormente. (YIN, 2016, p. 185)

A partir da separação das perguntas e respostas por blocos temáticos, quais sejam: (I) A mobilização da sociedade civil organizada para participação do Programa Moreno em Ordem, (II) A parceria da sociedade civil organizada com o poder público para a construção da ordem pública municipal e, (III) Os principais obstáculos apresentados pelos participantes do Programa Moreno em Ordem, começamos a analisar os dados de acordo com o referencial teórico e documental anteriormente construído para alcançarmos conclusões acerca da hipótese preestabelecida na pesquisa. Essa análise de dados configura-se numa fase importante no empreendimento de investigações nas Ciências Sociais. (YIN, 2016, p. 185)

Assim, em conformidade com os ensinamentos de Yin (2016, p. 183) sobre a metodologia para tratamento e análise de dados, seguimos as seguintes etapas: (1) a transcrição das entrevistas de todos os entrevistados, (2) a leitura dos documentos transcritos, (3) a reunião dessas falas por pergunta em arquivos separados, (4) a reunião dessas falas em blocos temáticos e, (5) a captura das falas dos sujeitos quanto aos questionamentos feitos através do roteiro semiestruturado, capazes de responder aos objetivos deste estudo.

As etapas acima compreendem: a compilação, a decomposição, a recomposição, a interpretação, para no fim, alcançarmos a conclusão da pesquisa realizada. (YIN, 2016, p. 183).

Diante dos passos dados anteriormente, podemos afirmar que a fase do tratamento e da análise do material nos leva a teorizar sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição.

Nessa fase, houve a formação de significado além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram. A análise dos dados e a formação de significados é um processo enigmático, visto que é necessário interpretar, decifrar, descrever e criar raciocínio sobre aquilo que coletamos. Estes significados ou entendimentos constituem a constatação de um estudo (TEIXEIRA, 2003, p. 191).

É importante destacar que além da análise posterior à coleta de dados, durante a pesquisa de campo, no momento das entrevistas, também fazíamos a análise do que estava sendo dito, para que não ocorresse de deixarmos passar alguma informação importante naquele momento.

Podemos dizer que esse foi o momento mais desafiador da pesquisa, pois nos demandou muito tempo e atenção. Foi necessário nos atentarmos para todos os detalhes, durante e após as entrevistas. As vozes, as expressões, que mesmo por vídeo foram contempladas e as falas foram fundamentais para o êxito da análise e para a confirmação ou negação de nossa hipótese.

Dito isto, ao pesquisar em bibliografias sobre o tratamento e análise de dados, notamos que a prática acima está de acordo com os ensinamentos de Teixeira (2013, p. 192), que diz:

Em estudo qualitativo o jeito certo para analisar dados é fazê-lo simultaneamente com a coleta de dados. Sem dúvida, sem análise contínua os dados podem não ter foco. A coleta e a análise de dados acontecem simultaneamente dentro e fora do campo (2013, p. 192).

Para finalizar essa etapa, após o tratamento e análise do material coletado, passamos à montagem da dissertação, a qual abrange a introdução do tema do estudo, os fundamentos e referencial teórico e documental, os apontamentos metodológicos, os resultados obtidos, a análise e discussões e as considerações finais sobre a pesquisa realizada, conforme veremos no capítulo seguinte.

### **3. Análise e discussões da real participação da sociedade civil organizada no Programa Moreno em Ordem**

Neste capítulo serão analisados e discutidos os resultados obtidos através desta pesquisa, trazendo abordagens sobre o referencial teórico e documental, bem como sobre os dados coletados na pesquisa de campo, realizada por meio das entrevistas com os representantes dos segmentos da sociedade civil organizada do Moreno/PE e representantes do poder público do mesmo município, que fizeram parte do Programa Moreno em Ordem.

Assim como foi falado no capítulo dos apontamentos metodológicos, os dados coletados foram divididos em blocos temáticos, por isso, este presente capítulo se importará em trazer as análises e discussões por temas, separados por tópicos, a saber: (I) A mobilização da sociedade civil organizada para participação do Programa Moreno em Ordem, (II) A parceria da sociedade civil organizada com o poder público para a construção da ordem pública municipal e, (III) Os principais obstáculos apresentados pelos participantes do Programa Moreno em Ordem.

Contudo, antes da análise e discussão dos temas acima, é de extrema importância debater sobre a participação idealizada da sociedade civil organizada no Programa Moreno em Ordem, trazido nos Decretos e Lei Complementar publicados em Diário Oficial. Desta maneira, este capítulo será iniciado com o tópico “*O modelo de participação social idealizado pelo Programa Moreno em Ordem*”, que abordará todo o conceito e ideia sobre a participação da sociedade civil organizada no planejamento, elaboração e acompanhamento de políticas públicas de ordem pública.

Ato contínuo, nos tópicos temáticos, os resultados das entrevistas serão relacionados ao modelo idealizado de participação e ao referencial teórico e documental deste trabalho, o que levará à construção de conclusões sobre a importância da participação da sociedade civil para o sucesso do Programa Moreno em Ordem.

### 3.1. O modelo de participação social idealizado pelo Programa Moreno em Ordem

O Programa Moreno em Ordem foi um modelo de programa que prezou pelo envolvimento da sociedade civil organizada, na parceria e discussão com a gestão do município do Moreno, para a realização de projetos e ações que tinham conotação preventiva e comunitária (MORENO, 2017).

Com enfoque em ações preventivas, esse programa municipal se encaixa na ideia de Cerqueira (2001), quando o mesmo diz que as agências de controle social informal (família, igreja e escola) são também responsáveis pelos processos de socialização:

[...] Não são ações policiais e sim ações psicopedagógicas envolvendo aprendizagem para não delinquir que vão eliminar este componente essencial para a ação criminosa. Qualquer programa de prevenção da criminalidade que não se apoiar nesse entendimento estará destinado ao fracasso. As agências de controle social formal ou informal, responsáveis pelos processos de socialização, ensinando os papéis sociais a desempenhar, inibirão, sem dúvida, o desejo de delinquir.

Fato este confirmado por Lhosa (2013, p. 13-14), que afirma que a transmissão de cultura se dá através de três instituições: família, igreja e escola, servindo também como fundamento para o processo participativo da sociedade civil na elaboração de políticas públicas preventivas no município.

Conforme nos ensina Muniz (1999, p. 64), os instrumentos estatais de controle social, principalmente as polícias, não são admitidos quando usados isoladamente para o processo de construção social da ordem pública. Para a autora (1999) é necessário reconhecer a importância do papel do cidadão no provimento e na preservação da segurança pública ou da ordem social, através do controle social informal.

Para o fortalecimento do controle social informal, Muniz (1999) afirma que o Estado pode contribuir ao buscar a aproximação e o estabelecimento de parcerias com a comunidade, estimulando nas pessoas a participação na identificação dos problemas e escolha de estratégias adequadas.

Em continuidade, Costa e Fernandes (2012) defendem que, a interação do sistema de segurança pública com as comunidades permite a conscientização da

sociedade de que a violência criminalizada não é um problema somente para o poder público solucionar, e sim, de forma conjunta, com a participação ativa dos cidadãos para a elaboração de políticas públicas de segurança pública.

Nesses termos, o município do Moreno buscou construir o Programa Moreno em Ordem por meio da conscientização das comunidades, dos servidores dos Poderes Públicos Municipais, através da realização de cursos de capacitação para formação de lideranças em Gestão da Ordem Pública e Segurança Cidadã, com conteúdo focado na prevenção primária e na resolução preventiva de problemas, implantando o modelo de parceria decisória com a sociedade em assuntos ligados à insegurança e à intranquilidade pública (MORENO, 2017).

De acordo com a literatura da área, a parceria com a sociedade civil organizada se dá mediante as Comissões/Conselhos de Ordem Pública e Segurança Cidadã, que recebem as demandas populares e funcionam como instrumentos de gestão democrática e participativa. (COSTA, FERNANDES, 2012)

Assim, para participarem das Comissões e Conselhos, todos os integrantes devem ser capacitados e preparados para atuarem com protagonismo social no ambiente da ordem pública e da segurança cidadã, com reuniões periódicas, de preferência mensais, com a participação dos órgãos de segurança e membros do poder público municipal (MORENO, 2017).

Nesses encontros, devem ser concretizados os mandamentos internacionais citados anteriormente, o “*civilian oversight*”, que dá o direito aos cidadãos em geral, para exercer a supervisão civil das atividades públicas relacionadas à ordem pública, e o “*accountability*”, que é a prestação de contas (responsabilização) por parte do poder público, em relação a todas as ações, iniciativas ou políticas desenvolvidas no âmbito da ordem pública (MORENO, 2017).

Prevendo a sustentação da ordem pública mediante o consentimento e participação da comunidade, o modelo de comunitarização da ordem pública anuncia a necessidade da aproximação do poder público do seu povo, no sentido de promover a integração entre segurança pública e cidadania. Ao acompanhar o trabalho do estado, participando da identificação de problemas locais e do desenvolvimento das estratégias preventivas aplicáveis a cada situação específica, a

comunidade transforma-se em um mecanismo adicional de controle dos serviços prestados pelo município, na ordem da segurança pública.

Acima demonstramos o modelo idealizado da parceria da sociedade civil organizada com o poder público na construção da ordem pública municipal do município do Moreno/PE. Além do modelo logístico, há também um fator de extrema relevância que não existindo, seria impossível implementar esse tipo de modelo democrático de ordem pública, a conscientização, a qual deve ser enraizada na população com intuito de mostrar que as comunidades também são responsáveis pela preservação e construção da ordem pública.

Assim, a presente pesquisa buscou investigar se a participação da sociedade civil no Programa Moreno em Ordem foi conduzida nos termos acima e se foi efetivada, para concluir sobre a importância dessa participação para o sucesso do programa.

### **3.2. A mobilização da sociedade civil organizada para participação do Programa Moreno em Ordem**

Para implementar um programa de governo municipal que, de certo modo, depende de uma parceria firme com a sociedade civil organizada, é necessário projetar e agir em busca do engajamento social.

Por esse motivo, foi necessário investigar se realmente houve a mobilização, por parte do poder público, da sociedade civil e, caso a resposta seja afirmativa, se houve o alcance da representatividade dos diversos segmentos que formam a sociedade morenense.

Pois bem, após as apresentações de cada entrevistado nos encontros virtuais, a conversa sobre a mobilização da sociedade civil foi iniciada, conforme roteiro semiestruturado utilizado para guiar as entrevistas (Anexo I).

Primeiramente, foi perguntado para os representantes da sociedade civil sobre como conheceram o Programa Moreno em Ordem. Quatro deles responderam

dizendo que foram convidados pela gestão municipal, através de ligação por telefone, para comparecerem a uma palestra ou a uma roda de conversa com grupos que compartilhavam as mesmas características - por exemplo: lideranças religiosas - para aprenderem sobre a importância da participação da sociedade civil no programa. Já a entrevistada “f”, disse que foi convidada após o início do programa, quando sua amiga a chamou para participar do trabalho em uma das trinta Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã e a entrevistada “e” que foi convidada pelo líder de seu bairro.

Foi relatado que nas palestras e rodas de conversas organizadas pela prefeitura, o palestrante mostrou resultados de experiências em outros lugares do Estado de Pernambuco, que também adotaram a parceria decisória na gestão municipal. Em seguida, ocorreu a apresentação do projeto do Programa Moreno em Ordem para os convidados e enfatizou o envolvimento da sociedade civil organizada no planejamento e execução de políticas públicas de ordem pública como um diferencial para a redução dos indicadores de criminalidade violenta no local.

Após a apresentação e o diálogo, os quatro entrevistados que participaram desses encontros aderiram de forma voluntária ao programa. O entrevistado “b” relatou algo que chamou a atenção:

“(...) tivemos que passar por um processo de sensibilização, para que aqueles que iriam fazer esse elo com a sociedade tivessem consciência do que representava o programa diferenciando do que sempre existiu”.

Quanto às entrevistas realizadas com os representantes do poder público, foi questionado sobre como ocorreu essa mobilização da sociedade civil para participarem do programa. No primeiro momento, todos falaram sobre a importância do processo de conscientização da sociedade civil antes da efetivação do convite.

Além disso, mencionaram acerca de uma coordenação na prefeitura responsável pela mobilização social, deste modo, o convite era feito através das redes sociais da municipalidade e também via telefonemas para os presidentes e vice-presidentes das associações de bairro do município, que podiam convidar pessoas de seus bairros para também participarem do programa, conforme relato a seguir:

“(...) entrávamos em contato via telefone com os presidentes pedindo para que participassem de uma reunião sobre segurança, a princípio não colocamos a questão da ordem pública porque eles precisavam entender, então foi mais fácil para nós utilizarmos a questão da segurança que estava com índices altíssimos, como falei a princípio, para que eles viessem debater e dialogar,

que é o mais importante, para que ambas as partes fossem ouvidas e pudéssemos juntos combater essa criminalidade da cidade. Então eles foram começando aos poucos a participarem quando tiveram as primeiras reuniões, e foi bom porque eles passaram para outros que não vieram que era legal, que podia dar certo. (Entrevistado “2”, 2021)

Deste modo, entende-se que para a criação da parceria é necessário sensibilizar as partes para que ambas entrem em acordo. Assim, essa sensibilização realizada para a sociedade civil lembrou o que foi ensinado por Muniz (1999), quando a mesma defende a necessidade de o estado reconhecer a importância do papel do cidadão no provimento e na preservação da segurança pública ou da ordem social, buscando pelo estabelecimento de parcerias com as comunidades.

Além da conscientização da importância da participação da sociedade civil organizada no programa, outro ponto importante colhido nas entrevistas refere-se à esperança de dias melhores, conforme a fala do entrevistado “b”:

Parece que estamos omissos, alheios a aquilo que está acontecendo, (...) inclusive neste mesmo ano, o pessoal não pode ficar em alguns momentos nos locais de encontros porque havia arrastão, então estava de fato um caos na cidade, e aí esta atitude foi um motor, motivador para que a gente possa ter esperança.

Porém, antes desse momento de conscientização e construção de esperança, alguns entrevistados contaram que já estavam desacreditados nas promessas de políticas públicas de segurança pública. Quando perguntado qual foi a primeira impressão que a sociedade civil teve no surgimento desse novo modelo de programa de gestão municipal, a maioria dos entrevistados responderam que no primeiro momento sentiram desconfiança ou não acreditaram que traria algum resultado, só passando a acreditar depois dos encontros citados anteriormente.

Caminhando para o esgotamento deste tema, outro questionamento foi realizado sobre a mobilização para a construção dessa parceria. O assunto entrou para o alcance da representatividade social através da articulação da prefeitura. Dos seis representantes da sociedade civil organizada, apenas um sentiu falta de um segmento da sociedade: o Conselho Tutelar. Porém, o entrevistado explicou que o próprio Conselho justificou dizendo que eles possuíam uma política própria e que não poderiam fazer parte do envolvimento proposto.

Ainda, respondendo a sequência de perguntas, listaram alguns segmentos que fizeram parte desse envolvimento, sejam eles: lideranças comunitárias da área urbana

e rural, lideranças religiosas, Polícia Militar, Poder Judiciário, Guardas Municipais, representantes do comércio local, educadores, agentes de saúde e servidores municipais.

Quanto aos representantes do poder público, todos falaram sobre os mesmos segmentos já elencados acima e incluíram o Ministério Público como participante de algumas agendas sobre o programa. Frisaram o modelo de participação voluntária dos envolvidos, sendo obrigatório apenas para aqueles que faziam parte da gestão municipal.

Assim, a mobilização da sociedade civil organizada pela gestão municipal do Moreno/PE mostrou ter sido efetiva, uma vez que teve o engajamento de diversos setores da sociedade civil morenense, conforme a fala transcrita a seguir:

pela primeira vez eu vi um projeto que envolve todos os âmbitos da sociedade, é a primeira vez que eu vi um projeto tão amplo, de fato, assim, no início eu pensei que era algo que começava de cima, mas na verdade não, é algo que começa também de baixo, porque, por exemplo, nas salas dos treinamentos, haviam padres da cidade, pastores, líderes religiosos de outros grupos, cristãos e não cristãos, e aí, a procedência disso foi nos bairros, depois nas escolas, depois com os funcionários públicos, então foi algo que chegou a todas as esferas do município. (Entrevistado "c", 2021)

Encerrando o tema da mobilização social, no próximo tópico serão discutidos e analisados todos os dados coletados sobre a real parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada no município do Moreno/PE, almejando a construção de conclusões acerca da importância da participação da sociedade civil organizada para o sucesso do programa.

### **3.3. A parceria da sociedade civil organizada com o poder público para a construção da ordem pública municipal**

A segurança pública, um dos quatro elementos promovedores da ordem pública (LAZZARINI, 1999) foi um dos poucos campos das políticas públicas que não entrou no contexto da redemocratização, nos anos 1980. (LIMA, SOUZA, SANTOS, 2012, p. 23)

Nessa época pós regime militar, ocorreu intensa movimentação dentro da sociedade civil para a abertura de canais de participação e interlocução com o Estado, o que resultou a inserção de alguns dispositivos constitucionais que possuem o intuito participativo da sociedade. (LIMA, SOUZA, SANTOS, 2012, p. 23)

Com a busca pela participação social e seguindo a nova Constituição Federal de 1988, em meados da década de 1990 surgem os primeiros casos de democratização da segurança pública no Brasil, a começar pela cidade de Guaçuí, localizada no Estado do Espírito Santo, que implementou a Polícia Interativa. Este caso foi um destaque nacional à época, decorrente do pioneirismo na concretização da parceria da sociedade civil com a polícia que culminou na redução dos indicadores de criminalidade violenta naquele município (MARCINEIRO, 2009, p. 49).

No decorrer dos anos outros programas e ações de Estados e Municípios brasileiros também estabeleceram diversas parcerias com a sociedade civil no que se refere às questões de segurança pública.

Assim ensina Costa e Fernandes (2012), quando afirmam que a interação do sistema de segurança pública com as comunidades permite a conscientização da sociedade de que a violência criminalizada não é um problema somente para o poder público solucionar, e sim, de forma conjunta, com a participação ativa dos cidadãos para a elaboração de políticas públicas de ordem pública.

Deste modo, a presença da sociedade civil no planejamento, elaboração e execução de políticas públicas de ordem pública se estabeleceu como uma tendência a ser seguida, assim como o papel do município como ente estratégico no desenvolvimento e aplicação de iniciativas de prevenção das diversas formas de violência.

Nesses termos, sabendo que o Programa Moreno em Ordem buscou seguir essas duas tendências, nas entrevistas com os atores e atrizes do programa, foram realizadas algumas perguntas sobre a real parceria entre o poder público e a sociedade civil, sob o olhar dos entrevistados.

Iniciando os questionamentos do bloco “a parceria da sociedade civil organizada com o poder público para a construção da ordem pública municipal”, foi perguntado sobre as regras de participação no Programa Moreno em Ordem. Tanto

os representantes da sociedade civil organizada quanto os representantes do poder público municipal responderam dizendo não terem regras. De acordo com os participantes das entrevistas, qualquer cidadão poderia participar do treinamento ofertado pela prefeitura, de forma voluntária e gratuita. Vejamos a fala do entrevistado “4”:

Como eu falei no início da minha fala que o Programa Moreno em Ordem é uma política integradora, é como se a gente estivesse ouvindo uma música bonita e se encantasse com ela ou se aproximasse dela, então o programa com o passar do tempo ele ia agregando, incorporando novas pessoas porque todo mundo independente de religião, independente de bandeira política, ideológica, todo mundo queria as coisas referentes a segurança pública então prontamente a gente teve uma participação muito grande.

Porém, para compor alguma Comissão de Ordem Pública e Segurança Cidadã era necessário o comprometimento e a conclusão da capacitação ofertada pelo poder público.

Assim, segundo os entrevistados, a participação efetiva no programa só poderia acontecer caso houvesse o comprometimento dos atores na participação da capacitação realizada para o início das atividades, conforme a fala do representante da sociedade civil “d”:

Tinha que ter comprometimento. Não tinha restrição. A participação era voluntária. Mas quando era formada a comissão, aí eram as pessoas que tinham aceitado a fazer a capacitação.

Seguindo o roteiro semiestruturado, questionamos sobre a capacitação disponibilizada pela gestão municipal para os envolvidos no Programa Moreno em Ordem. A representante “e” da sociedade civil organizada começou falando da questão estrutural do curso de capacitação:

Eles disponibilizaram todo o material, disponibilizou a camisa, disponibilizou o crachá, a pasta, a caneta, a Van, a Van que vinha buscar a gente no bairro e vinha trazer quando terminava. Lá se tinha também todo o apoio além do estudo muito profissional do professor, dava-se também o lanche porque tinham aquelas pessoas que largavam do trabalho e já ficavam esperando a Van, não dava tempo de tomar um café e lá se dava todo esse patamar. (Entrevistada “e”)

Quanto ao modo de operá-la, as turmas eram divididas por segmentos e afinidade, onde eram ensinados os direitos, deveres e o papel de cada segmento da

sociedade, bem como dos agentes públicos para a participação do planejamento, elaboração e execução de políticas públicas de ordem pública, conforme fala a seguir:

tinha uma programação prévia de x alunos por turma, normalmente nós buscávamos uma identidade próxima. Por exemplo, teve turma que foi só os secretários com alguns assessores, então foi interna, teve turma que foi dos agentes comunitários, turma dos guardas municipais, turma de lideranças comunitárias, grupos religiosos, então se convidava aqueles que quisessem fazer, muitos eram líderes das associações, diretores de associação, então se fazia, vamos supor tantos dias, tantas horas cada dia e fazia todo o conceito, a orientação, qual era o papel do líder comunitário no programa, qual era o papel da prefeitura, o que se pretendia com isso de uma forma mais ampla, não é só a segurança propriamente dita, mas seriam as políticas públicas que interferem em um novo pensar, em um novo agir da comunidade. Então foi uma coisa assim, profunda. O momento que as pessoas participaram é um ganho não só para esse fato especificamente, mas para a vida, né? Onde quer que estejam, porque ali tem os conceitos mais variados, é a relação humana do conviver, do construir junto, do ouvir, do respeitar opiniões, enfim, é uma forma muito ampla e profunda da relação humana e daquilo que cabe ao poder público e a sociedade, qual é o papel de cada um, direitos e deveres e aí vai. (Entrevistado “1”)

Em conformidade com a legislação do município do Moreno, para participarem das Comissões e Conselhos, todos os integrantes deveriam ser capacitados e preparados para atuarem com protagonismo social no ambiente da ordem pública e da segurança cidadã, em reuniões com a participação dos órgãos de segurança e membros do poder público municipal (MORENO, 2017).

Desta forma, a partir da fala de todos os representantes da sociedade civil organizada e do poder público, se nota que todos os entrevistados participaram da capacitação realizada pela gestão municipal para a estratégia de parceria decisória utilizada pelo programa, além de receberam uma certificação de conclusão de curso, o qual os tornavam aptos para participarem ativamente como elos da sociedade no programa Moreno em Ordem.

Passado o momento da capacitação, foram constituídas 30 (trinta) Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã, um feito em conformidade com Costa e Fernandes (2012) que afirmam que a parceria do poder público com a sociedade civil organizada se dá mediante as Comissões/Conselhos de Ordem Pública e Segurança Cidadã, que recebem as demandas populares e funcionam como instrumentos de gestão democrática e participativa.

Assim, partimos para o próximo questionamento sobre a parceria decisória no Programa Moreno em Ordem, focando no funcionamento desses Conselhos de Ordem Pública e Segurança Cidadã formados após a conclusão da capacitação de seus componentes.

Segundo os dez entrevistados, as Comissões de todos os bairros do município do Moreno/PE passaram a se reunir uma vez por mês em cada comunidade, durante todos os meses de execução do programa. Nesses encontros iam representantes dos bairros, lideranças religiosas, Polícia Militar, Guardas Municipais, representantes do comércio local, educadores, agentes de saúde e representantes do poder público municipal conforme a demanda.

Aí participava o prefeito, vice-prefeito. Participava os secretários municipais, participava do poder público todos. Inclusive o Ministério público participou conosco, certo? E o poder judiciário também participava junto conosco. Então foi uma coisa que todos os órgãos públicos participaram aí. Entrava escolas, né? Agremiações, todos os órgãos públicos participavam junto com a gente. Inclusive nas nossas reuniões mensais e de áreas também sempre iam alguns secretários, que era justamente pra a gente tá debatendo aquele problema, encontrar a solução junto com os secretários, porque as vezes o secretário ele tinha uma certa dificuldade, é, financeira ou um problema de contingente de pessoas pra fazer o serviço. E aí nós nos juntávamos e dizia: “Oh! Como é de interesse comum, a gente vai dar as mãos pra que possa resolver o problema”. Então todo poder público participou do programa (Entrevistado “d”).

Nesses encontros, as peculiaridades de cada comunidade eram discutidas, principalmente, questões relacionadas à salubridade pública, tranquilidade pública e segurança pública. De acordo com as respostas dos entrevistados da sociedade civil, o assunto mais tratado nesses encontros era a segurança pública, visto que no primeiro momento, a cidade estava dominada pela violência, inclusive, o termo “segurança pública” foi o mais mencionado em todas as entrevistas, chegando ao total de 113 (cento e treze) menções.

Além dos encontros mensais com cada Comissão, alguns entrevistados relataram sobre a participação em um grupo de WhatsApp com representantes de ambos os polos, onde o contato entre o poder público e a sociedade civil era constante. Porém, não foram todos os participantes das entrevistas que tiveram acesso a este grupo.

Tínhamos o grupo do WhatsApp com essas comissões como até hoje temos, nós temos o grupo dos conselhos regionais, conselhos regionais com os grupos das comissões locais que são essas 32 comissões aproximadamente. (Entrevistado “a”)

Ademais, além do canal de comunicação online, a entrevistada “f” fez uma importante colocação. Ela citou o livre acesso aos órgãos da prefeitura municipal que estavam a frente das ações do Programa Moreno em Ordem, assim, a solicitação de andamento ou respostas às pretensões das comissões se tornava mais corriqueira e fácil.

Eu preferia ir lá. Eles falavam que podia ir sempre que precisasse. Aí a gente fazia o ofício, chegava lá e dizia: olha, a gente quer saber a solução disso aqui. A gente entregava lá e ficava esperando o retorno da pessoa. (Entrevistada “f”)

A partir das demandas elencadas nas reuniões mensais nas Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã, uma pauta era preenchida por cada liderança comunitária e a partir daquele documento os mesmos poderiam solicitar respostas aos órgãos do poder público competentes para atenderem aquelas necessidades.

Através dessas pautas de reuniões com as demandas das comunidades, que deveriam ser coerentes com os elementos da ordem pública trabalhados pelo programa, as lideranças ficavam aptas a exercerem o mandamento internacional citado anteriormente, o “*civilian oversight*”, que dá o direito aos cidadãos em geral, para exercer a supervisão civil das atividades públicas relacionadas à ordem pública.

Se fazia uma pauta, essa pauta ficava com o líder comunitário e esse líder comunitário ia sempre procurar a pessoa principal, no caso o coordenador geral de tudo para ficar sempre em cima, para ir em busca daquilo que a comunidade pediu e foi o prometido a se cumprir. (Entrevistada “e”)

Tempos após o estabelecimento e funcionamento das trinta Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã, foram formados dois Conselhos Municipais e Regionais de Segurança Pública e Defesa Social no Município do Moreno, legitimados pela Lei Municipal nº 599, de 08 de julho de 2020.

Os Conselhos Municipais e Regionais de Segurança Pública e Defesa Social, constituídos por membros do sistema de justiça criminal e também, por representantes da sociedade civil, conforme preconiza o art. 11 da Lei Municipal nº 599, de 08 de julho de 2020, se constituíram em organização permanente de natureza colegiada, com competência consultiva, sugestiva e de acompanhamento social das atividades de Segurança Pública e Defesa Social, respeitadas as instâncias decisórias e as normas de organização da Administração Pública.

Outro ponto importante captado nas entrevistas foi a confirmação do funcionamento da 1ª Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada, instituída através do Decreto Municipal nº 085, de 29 de agosto de 2018.

A Comissão Escolar de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada serviu para planejar e executar ações dentro das escolas objetivando o combate a todos os tipos de violência, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, nº 9394/1996, artigo 12, inciso IV e IX. Vejamos a fala da representante da classe dos professores morenenses:

Nós reativamos os ciclos de palestras, nós tínhamos um núcleo coordenado pela defesa civil e nós fizemos o trabalho de palestras preventivas, tanto para os alunos quanto para os pais e responsáveis por escolas, nós temos um núcleo, tínhamos o conjunto de escolas que eram atendidas periodicamente por palestras, levamos para a escola, também para os nossos alunos palestras de segurança doméstica, prevenção de acidentes e os alunos estavam em contato diretamente com bombeiros, com a polícia militar, foi um diálogo muito bom, sabe? De desmistificar que a polícia só é para bater em bandido, que a polícia é só agressão, não, nós tivemos bombeiras femininas, policiais femininas, as meninas olhavam e falavam “quando eu crescer eu quero ser igual a senhora”, é você criar uma perspectiva de futuro, esse foi um dos grandes marcos, né? Os próprios professores começaram a entender o programa porque não tinham feito o curso, que o Moreno em Ordem ia além daquela formação para supervisor e diretor, eles chegavam no chão da escola, faziam diferença no chão da escola, então esse momentos foram maravilhosos, de o prefeito ir e fazer um momento de fala, do aluno perguntar diretamente para o prefeito e ele responder diretamente para o aluno, da secretária de saúde estar lá e dizer “olhe, vai checar isso”, foram muitas campanhas de prevenção, prevenção de acidentes, prevenção da doença, prevenção de violência, principalmente de combate as drogas que é forte na nossa juventude, nós tínhamos um grau muito alto de envolvimento dos nossos jovens com as drogas, com o crime organizado então foram riquíssimos no chão da escola.

Dando continuidade ao roteiro, ao perguntar sobre os instrumentos de monitoramento e controle utilizados pela sociedade civil organizada, apenas os

representantes do poder público utilizaram os termos “*civilian oversight*” e “*accountability*”, porém, os entrevistados da sociedade civil responderam dentro do conceito dos mandamentos citados, pontuando sobre como era realizado o acompanhamento das tratativas feitas nas reuniões mensais, conforme fala transcrita anteriormente.

Entendida a forma que foi conduzida a parceria decisória no município do Moreno, através de reuniões periódicas com as comunidades nas Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã e nos Conselhos Municipais e Regionais de Segurança Pública e Defesa Social, nas quais eram debatidas as demandas relacionadas ao viés da ordem pública dos bairros e do município como um todo, respectivamente, tentamos extrair a subjetividade do Programa Moreno em Ordem.

Assim, foi questionado para os representantes da sociedade civil organizada se os mesmos se sentiram ouvidos e se recordavam de demandas originadas por eles que geraram resultados positivos.

Dos seis representantes da sociedade civil organizada todos responderam que, de certa forma, se sentiram ouvidos. Um deles explanou que nunca antes a prefeitura deu a oportunidade da participação social mais abrangente como ocorreu com o Programa Moreno em Ordem. Outro comentou que o diálogo aconteceu, tanto a sociedade civil quanto o poder público foram escutados. Houve também um depoimento sobre ter aprendido o que fazer no papel de cidadão, como demandar e ser ouvido. No geral, se nota que todos os entrevistados se sentiram parte do processo de parceria.

Eu fui, sinceramente, com o coração esperançoso, eu fui cheio de esperança, e eu acredito muito na formação da consciência, se tem alguma coisa que eu acredito é na formação da consciência e o projeto em si tem esse ponto, a formação da consciência do indivíduo, de que nós somos agentes da paz, isso é uma questão, eu fui com o coração cheio de esperança. Eu me senti ouvido sim. (Entrevistado “b”),

Sim. O diálogo foi uma busca permanente, tanto de ouvir quanto de falar. A sociedade civil foi escutada, insistentemente, como também a própria sociedade civil se deixou escutar, então foi muito importante esse diálogo. (Entrevistado “d”)

Eu me senti, muitas coisas que eu não sabia por onde recorrer, o que fazer ou a quem procurar, eu aprendi depois que eu fiz o curso Moreno em Ordem. (Entrevistada “e”)

Quanto às demandas atendidas, três dos participantes da sociedade civil mencionaram sobre a demanda da falta de iluminação pública em muitos pontos das comunidades, o que foi providenciado através dessa parceria. O representante da zona rural do município contou sobre a solicitação de pavimentação de estradas, o que também foi resolvido. Outros entrevistados comentaram que os pequenos problemas eram resolvidos de forma mais imediata, mas outros demandavam mais tempo ou não eram resolvidos devido à falta de recursos ou de repostas do governo do Estado de Pernambuco, como o problema da falta de distribuição de água para todos os pontos do município.

Além do mais, no que diz respeito à segurança pública, todos se sentiram satisfeitos e mais seguros com a presença mais constante das guardas civis nas ruas e com a melhoria do diálogo com a Polícia Militar, que também foi parceira do Programa Moreno em Ordem.

Já nas entrevistas realizadas com os representantes do poder público, foi perguntado se eles entenderam que as ações do programa foram voltadas para ouvir e executar os anseios da sociedade civil organizada. As respostas foram dadas a partir da necessidade da aproximação do poder público do seu povo, no sentido de promover a integração entre ordem pública e cidadania.

Deste modo, levando em consideração o principal diferencial das normativas do programa, que diz respeito ao envolvimento da sociedade civil organizada na identificação de problemas locais e do desenvolvimento das estratégias preventivas, os quatro integrantes do poder público disseram que o Programa Moreno em Ordem foi criado exatamente para isso, para ouvir os anseios, as necessidades e as expectativas do povo morenense, de forma organizada e contínua, e indicaram a diminuição dos indicadores de violência contra a vida e contra o patrimônio como os principais resultados dessa parceria.

Finalizando o bloco de perguntas com o tema “a parceria da sociedade civil organizada com o poder público para a construção da ordem pública municipal”, fizemos uma comparação das taxas de homicídios de antes e durante os anos de execução do Programa Moreno em Ordem. Como vimos nos capítulos anteriores, houve uma redução significativa dos indicadores de criminalidade violenta no município durante os anos em que o programa estava sendo executado.

Assim, perguntamos para todos os participantes da pesquisa sobre a motivação dessa redução da violência criminalizada no município, segundo a opinião de cada um.

Nenhum deles respondeu que somente o Programa Moreno em Ordem foi a solução para esse problema. A maioria dos representantes da sociedade civil mencionaram a presença da Polícia Militar como um fator essencial para este processo de redução da criminalidade violenta.

Além disso, os participantes responderam sobre a conscientização que foi feita no decorrer dos anos. A proximidade e a interatividade com o poder público municipal também foram destaques nas falas dos atores da sociedade civil organizada e, por fim, a melhoria dos problemas dos bairros, que gerou um ambiente salubre, provedor de ordem pública.

eu acredito muito na força da palavra e acredito na formação da consciência, então essas coisas motivaram sim a melhorar essa questão da redução da taxa de criminalidade. (Entrevistado "b")

Quanto aos quatro participantes que representaram o poder público, todos eles mencionaram que sem a participação e a cooperação da sociedade civil seria improvável alcançar a redução da criminalidade violenta do município. Ademais, também de forma unânime, falaram da importância da presença amigável da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal nas ruas, nas comunidades e nas ações realizadas pela prefeitura municipal.

Por fim, perguntamos sobre o que foi mais importante para os resultados alcançados: a utilização da intervenção mais direta da polícia (força da segurança) ou outras ações que são mais voltadas para o sentido social.

A expectativa da pesquisa era de que todos ou a maioria respondessem que as ações mais voltadas para o sentido social eram mais importantes para a redução da criminalidade violenta no município do Moreno, porém, nenhum participante respondeu que somente isto foi relevante para o sucesso do programa.

A maioria dos dez entrevistados responderam que foi a junção dos dois que gerou a queda da taxa de homicídios e crimes patrimoniais, todavia, todos eles falaram

que a proximidade com a Polícia Militar e Guarda Civil Municipal gerou “sensação de segurança” em toda a comunidade.

Se destaca que não mencionaram a repressão como uma solução, e sim, a relação mais pacífica com as forças policiais e órgãos de segurança pública. Vejamos algumas transcrições dos entrevistados sobre o questionamento:

A presença da polícia militar, não de uma forma ostensiva e repressiva. Nós tínhamos nas nossas escolas... eu trabalho com adolescentes hoje, idosos e jovens adultos, mas na época do Moreno em Ordem eu trabalhava na escola primária e nós tínhamos perdido três alunos nessa faixa etária de 12 a 14 para as drogas, então a polícia estar ali, fazer aquelas palestras e explicar as consequências. A violência doméstica também, foi uma ação muito forte da SDS, através da secretária da mulher, que foram essas ações preventivas de violência doméstica, o acompanhamento do conselho tutelar, o acompanhamento do CRAS, eles foram muito significativos, mas as ações interligadas da polícia militar com a guarda municipal foi decisivo. O que aconteceu, eu tenho por exemplo Maçaranduba que é um povoado na área rural de Moreno, então a polícia foi lá e a comunidade conversou com a polícia que tal horário e tal horário tinha alguém que fazia isso, então a polícia começou a participar da vida da comunidade e isso ajudou muito, desarticulou muitos grupos de pequenos tráficos e pequenos roubos que existiam em Moreno, claro que ainda existe, mas não com a força que nós tínhamos, devido a ação combinada dessas esferas e o apoio da sociedade civil de ligar, de denunciar e de cobrar diminuiu significativamente o índice de violência. (Entrevistado “a”)

Na minha opinião o Programa Moreno em Ordem teve grande ajuda nisso, porque antes de acontecer o Programa Moreno em Ordem como eu já falei, a violência aqui estava ao extremo, de você não poder sair de casa, de mexer no celular e passar uma moto e tomar. Após o curso, meses após o curso a gente já vem percebendo uma grande diferença, eu acredito que a segurança em si estava melhor. Foi uma soma do programa, da presença da polícia, da guarda e da gente saber dialogar. (Entrevistada “e”)

Eu acho que foi um misto, um pouco de cada coisa. A justiça criminal passou a ser mais eficaz no município que estava sendo cobrado, as comissões de ordem pública não esperavam o município para cobrar a ação policial porque não estava passando o carro da polícia naquele bairro, porque fazia dois dias que não tinha nenhum tipo de policiamento, então as pessoas entenderam que a segurança não é apenas responsabilidade do estado ou do governo federal, ela também é responsabilidade do município, o prefeito também tem essa responsabilidade na prevenção, e não na questão da ação, a ação é mais policial. Nós conseguimos juntar tudo isso, e por isso o programa nos trouxe muita alegria. O município, hoje, agradece ao programa Moreno em Ordem por conta de tudo que ele conseguiu fazer. Hoje no município ainda tem essa cultura de paz. O município começou a entender, a sair da “normose”, a doença da normalidade — antes do programa iniciar, quando morria alguém era considerado apenas mais um, era algo normal —, hoje em dia as pessoas já se indignam e questionam o motivo de alguém ter morrido. Foi muito importante as pessoas terem entendido isso, e colocamos um pouco na conta de cada um por esse êxito do programa. (Entrevistado “2”)

Ao fazer a análise das falas dos entrevistados e as respectivas discussões sobre o tema em questão, se conclui que o modelo de comunitarização da ordem

pública evidencia a necessidade da aproximação do poder público das comunidades, no sentido de promover a interatividade e a troca não monetária de valor entre o Estado e os segmentos da sociedade civil.

Somente assim, acompanhando e participando do trabalho estatal, na identificação de problemas locais e no desenvolvimento das estratégias preventivas aplicáveis a cada situação, a comunidade é transformada em um mecanismo de controle dos serviços prestados pelo município, na ordem da segurança pública.

Portanto, é notório que, no município do Moreno, a participação da sociedade civil organizada no Programa Moreno em Ordem foi o ponto estratégico para o alcance de resultados significativos da redução da criminalidade violenta do local.

#### **3.4. Os principais obstáculos apresentados pelos participantes do Programa Moreno em Ordem**

Apesar dos resultados do Programa Moreno em Ordem terem sido relevantes, muitos foram os obstáculos para a implementação da parceria decisória entre o Estado e a sociedade civil organizada no município.

Na separação dos dados coletados em blocos temáticos, decidimos deixar um bloco exclusivo para este tema mesmo tendo apenas uma pergunta relativa a este assunto, por se tratar de processos que podem reduzir ou dificultar a eficácia da participação da sociedade civil organizada no desenvolvimento de políticas públicas de ordem pública.

Skolnick e Bayley (2002, p. 102) afirmam que esse tipo de programa pode se mostrar mais eficaz em algumas comunidades, dependendo de fatores como a composição demográfica, a solidariedade da comunidade e os métodos empregados tanto para organizar como para dar continuidade à sua introdução.

Assim, a partir da afirmativa dos autores acima e através da pesquisa de campo realizada para averiguar a participação da sociedade civil organizada no Programa Moreno em Ordem, foi percebido que as barreiras elencadas por Skolnick e Bayley (2002, p. 102), neste primeiro momento, não impediram a continuidade do programa,

pois a sociedade colaborou em conjunto com os agentes públicos para que a parceria decisória fosse um diferencial nas questões de planejamento, desenvolvimento e execução de políticas públicas promovedoras de ordem pública.

Porém, devemos destacar alguns pontos importantes elencados pelos participantes da pesquisa sobre os obstáculos dessa parceria, no ponto de vista de cada um.

Notamos que o principal apontamento foi sobre a falta de recursos municipais, o que dificultava a agilidade e rapidez de resposta das demandas trazidas através dos Conselhos e Comissões do Moreno. Tanto os agentes públicos quanto a sociedade civil relataram sobre esse obstáculo, vejamos:

Eu acho que as vezes, em uma cidade como Moreno, porque cada cidade tem que se analisar e se adequar, né? O perfil da cidade, quais são as condições socioeconômicas, em que estágio a cidade se encontra em nível de escolaridade, tudo isso interfere. Eu acho que o que mais dificulta, é você não ter capacidade de resposta rápida por faltar recurso, aquilo que é necessidade primária da população e eu acho que isso interfere profundamente porque quebra o encanto, a disposição das pessoas se envolverem, acreditarem e fazer as coisas acontecerem. (Entrevistado “1”)

Para mim, o principal obstáculo foi a questão dos recursos. Somos um município que não tem tantos recursos, então a partir do momento que começa a gerar uma demanda para o próprio poder público, então a gente não tem o recurplaneso de estar calçando aquela rua com a velocidade que a população precisa. Tem comissões para trocar centenas de lâmpadas da forma que a população está querendo trocar o braço, trocar o reator, então eu vejo que esse foi o grande problema. Eu acho que realmente conseguimos deixar as pessoas satisfeitas. (Entrevistado “3”)

Eu diria que é exatamente essa lentidão em resolver alguns problemas, pelo município não ter muitos recursos né, porque gerava, meio que uma descrença nas pessoas. (Entrevistado “b”)

Outro obstáculo trazido pelos participantes foi a desconfiança que sentiram no primeiro momento do Programa Moreno em Ordem, posto que as políticas públicas de ordem pública anteriores não superaram as expectativas da população morenense ou que os mesmos tinham o pensamento de apenas cumprir com a obrigação de fazer um curso promovido pela prefeitura. Assim, alguns iniciaram a capacitação não acreditando que daria certo, conforme relatos a seguir:

Os principais obstáculos eu acredito que foi a insegurança de se fazer o curso, também porque já chegou muita coisa aqui para o nosso município que não deram certo. Então muita gente, também como nas dinâmicas que o professor trazia para a gente, sempre ao final da dinâmica tinha alguém para dizer que achava muito bom, porque assim, o obstáculo principal era “vou

fazer esse curso, se der deu, é só uma coisa a mais no meu currículo ou é para eu não ficar sem fazer nada”. No final de tudo a gente viu que não era bem assim, que o curso era realmente muito sério. (Entrevistada “e”)

Olha, eu acho que talvez não seja privilégio só de Moreno, as cidades, os estados, hoje nós temos um período assim que quando chegou um período político, porque todo momento é político, né? A gente não acreditava muito no começo, achava que era coisa de político. Mas aí a gente foi fazendo o curso, se capacitando, a gente viu que nosso lugar na sociedade era importante. Aí começamos a acreditar e ver os resultados dessa junção da sociedade com a gestão. (Entrevistado “d”)

Então no primeiro dia de encontro chega um coronel que foi nosso professor, agora acabou tudo, vai ser uma ditadura militar, né? Que a primeira visão que tem é essa né, um coronel, militar vai falar de segurança pública para os professores, acabou. A primeira turma que foi formada, os diretores foram obrigados a participar, uma parte foi indicado e os outros convidados pelo cargo que ocupam a fazer o curso Moreno em Ordem, alguns intrusos como eu que entrou de supervisor, bibliotecário, então quer dizer, a gente não entrou ali porque queria o curso, a gente estava de início porque era uma carga a ser cumprida de formação, então daí você já tira. Mas depois a maioria continuou porque acreditou que podia fazer a diferença. (Entrevistado “a”)

Isso mostra que para a implementação de programas que visam a comunitarização da ordem pública, ou seja, a parceria entre as comunidades e o poder público para trabalharem em conjunto, é necessário que o estado “restaure a confiança” do público, visto que sem confiança, é impossível existir uma relação pacífica entre os entes.

quando você mexe com as pessoas, eu acho que aí você precisa de uma atenção redobrada porque quem as vezes deveria contribuir para esse fortalecimento de ideias, as vezes está desconstruindo, pode não se ter clareza de tudo, tem os relatórios, apresentações, para que esteja claro para todos no que se avançou e no que não se avançou, as vezes o que não se avançou é tão importante quanto o que se avançou. Precisamos conquistar o nosso povo através do diálogo e da resposta efetiva. (Entrevistado “1”)

Esses dois apontamentos foram os principais obstáculos encontrados na execução do programa, conforme a fala dos participantes. Ainda, nas entrevistas ouvimos sobre alguns munícipes que tentaram participar do Programa Moreno em Ordem para fazer um “trampolim político” ou tentar tirar alguma vantagem dessa participação, porém, no decorrer do tempo não lograram êxito na tentativa.

Quebrar esse viés político de tudo você ter uma vantagem. Eu vou fazer o curso pra que? Eu vou ganhar o que com isso? Então infelizmente tinha muito forte essa questão do porquê vou fazer, o que vou ganhar com isso. Nós tivemos o grupo que iniciou, um grupo bem significativo que foi o primeiro

grupo, foi muito bom, muito bom mesmo, e que depois quando foi vendo como era o processo, fazendo as funções, alguns já saíram pela culatra porque já entraram com essa visão de tirar vantagem, então no transcorrer do curso ficou claro quem realmente queria transformação, que queria ver seu bairro crescer, eu acho que esse foi o grande obstáculo. (Entrevistado “a”)

Diante disso, se conclui que o êxito do Programa Moreno em Ordem demandou planejamento, estratégia e soluções que contornassem os obstáculos advindos do programa com o viés de comunitarização da ordem pública, uma vez que foi necessário trabalhar para reestabelecer a confiança entre o povo e o ente estatal.

Conquistando a confiança da comunidade, o poder público encontra menos obstáculos ao estabelecimento de parcerias, o que viabiliza o trabalho conjunto na identificação e resolução de problemas.

Apesar das grandes dificuldades encontradas na conjuntura do programa, todos os entrevistados se sentiram satisfeitos com seus resultados, bem como com a auscultação da sociedade, o que nunca antes havia ocorrido no município do Moreno.

Assim, entendemos que por mais que os desafios apareçam, a parceria da sociedade civil com o poder público, de forma organizada e planejada, pode ultrapassá-los e compensá-los, conforme demonstrado por meio dos resultados do Programa Moreno em Ordem.

## Considerações Finais

Os tempos modernos exigem mudanças e evoluções em todos os campos da sociedade. Quando falamos de promoção de ordem pública, lembramos que no modelo tradicional a sociedade deve sempre apenas obedecer às normas vigentes, sem espaço para troca de ideias ou busca de inovações. Já no conceito do “novo poder”, é necessário que ocorra a busca pelo compartilhamento de ideias, planejamento e criação de conteúdo, bens ou até um modelamento de uma comunidade a partir dessa nova tendência, neste caso, a democratização da ordem pública. (HEIMANS, TIMMS, 2018, p.16)

Bayley e Skolnick (2002, p.30) já defendiam que os órgãos de segurança que não trocam ideias com a população local não poderiam ser eficientes. Assim, a comunitarização da ordem pública surgiu como a “principal alternativa estratégica para as práticas tradicionais, que, em toda parte, atualmente são consideradas um fracasso” (BAYLEY, SKOLNICK, 2002, p. 119).

Para isso, é necessário adotar a nova tendência trazida pela inovação no ordenamento jurídico brasileiro através da Lei Federal nº 13.675/2018, que instituiu a PNSPDS e criou o SUSP, colocando o município como ente estratégico no planejamento e promoção de políticas públicas de ordem pública.

Cada vez mais, o papel do município no desenvolvimento e aplicação de iniciativas preventivas a todos os tipos de violência, vem sendo reconhecido. Nos municípios a possibilidade aumenta no que se refere à ampliação da interlocução com outras áreas, por exemplo, educação, saúde, desenvolvimento urbano, mobilidade com a segurança, possibilitando a implementação de uma política transversal e integrativa de prevenção.

Além disso, a administração local possui melhores e maiores condições de ampliar e disseminar as políticas e levá-las para equipamentos de diferentes áreas, presentes no dia-a-dia dos cidadãos, além de possuir potencial para estabelecer redes e parcerias com diversos segmentos da sociedade.

Assim, em conformidade com os ensinamentos de Soares e Balestreri (2012, p.17) que defendem que os municípios constituem a unidade de gestão mais

apropriada ao tratamento das questões de ordem pública, por possuírem capacidade de intervenção capilar e permeabilidade à participação social, bem como com a inovação que a Lei Federal nº 13.675/2018 trouxe, se nota que o município do Moreno/PE seguiu a tendência da municipalização das políticas públicas de ordem pública com foco na participação social para a construção de uma cultura de paz.

Para tanto, foi necessário restaurar a confiança de seu povo, visto que a pesquisa de campo demonstrou que no primeiro momento os participantes da sociedade civil estavam desacreditados e sem esperanças quanto à nova ideia apresentada para a promoção da ordem pública a partir da parceria decisória, algo que nunca tinha sido feito no município.

Após a fase de capacitação dos agentes do poder público e da sociedade civil organizada, na qual as pessoas passaram a ser esclarecidas sobre as circunstâncias, antes de pleitear mudanças, foram criadas as Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã e, posteriormente, os Conselhos Municipais e Regionais de Segurança Pública e Defesa Social que serviram como elos da sociedade e do poder público, para demandarem sobre os problemas de suas comunidades, a fim de acharem soluções eficazes e abrangentes promovedoras de ordem pública.

Uma teoria que sustenta essa participação social é a Teoria do Patrocínio Normativo que postula que a maioria das pessoas têm boa vontade e irão cooperar com as outras para facilitar a construção de um consenso (SOWER, 1957). O autor afirma que quanto mais diversos grupos partilham valores, crenças e objetivos comuns, mais provavelmente irão concordar a respeito dos objetivos comuns, quando interagirem com o propósito de melhorar seus bairros.

Essa Teoria foi confirmada pela participação social no município do Moreno, uma vez que esta pesquisa averiguou a real participação da sociedade civil organizada no Programa Moreno em Ordem, através dos métodos qualitativo e quantitativo.

Apesar dos obstáculos encontrados na efetivação dessa parceria entre a sociedade civil e o ente estatal, concluímos que tais barreiras foram contornadas e compensadas através de práticas acordadas entre ambas as partes. A presença do diálogo entre eles era um ato contínuo e frequente, assim, as soluções podiam ser

planejadas de forma conjunta, pois havia o interesse da sociedade e do poder público de solucionar os problemas afetos à ordem pública, principalmente ao elemento segurança pública, que foi a demanda mais corriqueira da sociedade civil.

É importante ressaltar que a participação da Polícia Militar do Estado de Pernambuco e da Guarda Civil Municipal nos encontros e nas ações do Programa Moreno em Ordem foi um fator considerado essencial para a redução da violência criminalizada no município e o consequente êxito do programa.

Dito isto, levando em consideração a redução dos indicadores de criminalidade violenta no município do Moreno após a execução do Programa Moreno em Ordem, principalmente as taxas de homicídios, bem como as falas dos agentes públicos e dos representantes da sociedade civil organizada entrevistados(as) nesta pesquisa, a hipótese de que a participação da sociedade civil organizada no Programa Moreno em Ordem foi um fator essencial para os resultados do programa foi confirmada.

Assim, através da parceria decisória e do comprometimento dos cidadãos e do poder público municipal, o município do Moreno se destacou na construção e na efetivação de um modelo democrático de ordem pública, denominado Moreno em Ordem.

## Referências

BAYLEY, David H. SKOLNICK, Jerome H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas através do Mundo**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei 13.675/2018, de 11 de junho de 2018**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm)> acesso em: 05 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei 13.663/2018, de 14 de maio de 2018**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm)> acesso em: 07 de agosto de 2021.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200826\\_ri\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf)> Acesso em: 07 de novembro 2020.

COSTA, Júlio Cezar. FERNANDES, João Antônio da Costa. **Segurança Pública: Convergência, interconexão e interatividade social**. Vitória: Edição do Autor, 2012.

COSTA, Luís Otávio Monteiro. **Políticas Públicas e Novas perspectivas para a efetivação do Direito Fundamental à Segurança Pública**. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais) Vitória: Faculdade de Direito de Vitória, 2018.

DAVIDSON, James. **Moreno: de engenho a fábrica**. Juiz de Fora: Garcia, 2018.

DINIZ, Débora. **A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil**. In: Soraya Fleischer e Patrice Chuchu (org.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres / Editora UNB, 2010. p. 183-190.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEIMANS, Jeremy e TIMMS, Henry. **O novo poder: Como disseminar ideias, engajar pessoas e estar sempre um passo à frente em um mundo hiperconectado**. tradução Bruno Casotti – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

HOCK, Dee. **Nascimento da Era Caórdica**. São Paulo: Cultrix, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **MORTALIDADE do país compromete futuro do país. Desafios do desenvolvimento [online]**. Ano 11. Ed. 82. Dez-2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=3120&fbclid=IwAR3oA4rhcfXcr9OYObXjjGhv-CUwv99nwcFJdzJiLv7VXGqbz1L1YRPK3FM](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3120&fbclid=IwAR3oA4rhcfXcr9OYObXjjGhv-CUwv99nwcFJdzJiLv7VXGqbz1L1YRPK3FM)>. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

KAUARK. F. S., MANHÃES. F. C., MEDEIROS. C. H. **METODOLOGIA DA PESQUISA: UM GUIA PRÁTICO**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo: sistematização Rui Stoco**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

LHOSA, M. V. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**. Tradução Ivone Benedetti. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LIMA. Renato Sérgio de. SOUZA. Letícia Godinho de. SANTOS. Thandara. **A participação social no campo da segurança pública**. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 11, ago/dez, 2012, pp. 23-48

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MARCONI. M. A., LAKATOS. E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRAGLIA, P. **Os Municípios e a Segurança Pública, In: Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?** LIMA, R. S. e PAULA, L. (orgs). 1ª Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

MORENO. **Decreto Municipal nº 058, de 26 de maio de 2017**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

MORENO. **Decreto Municipal nº 059, de 26 de maio de 2017**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

MORENO. **Decreto Municipal nº 159, de 27 de novembro de 2017**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

MORENO. **Decreto Municipal nº 085, de 28 de agosto de 2018**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

MORENO. **Decreto Municipal nº 040, de 24 de abril de 2019**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

MORENO. **Lei Complementar nº 599, de 08 de julho de 2020**. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/>>. Acesso em: 05 de junho de 2021.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. 289f. Tese

(Doutorado em Ciência Política) – Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

PNUD. **Convivência e segurança cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública**. Brasília: Conviva, 2016.

PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROTH, Jeffrey A. et al. **National evaluation of the COPS Program – Title I of the 1994 Crime Act**. Washington, DC: U.S. Department of Justice, 2000. (Issues in International Crime, NCJ 183643). Disponível em: <<https://nij.ojp.gov/library/publications/national-evaluation-cops-program-title-i-1994-crime-act-research-report>>. Acesso em 14 de junho de 2021.

SANTIN, V. F. **Controle judicial da Segurança Pública: Eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SOARES, L. E., BALESTRERI, R. B. **A raiz de nossos problemas de segurança**. 18 de maio de 2012. Folha de São Paulo. Disponível em: <http://politicacidadaniaedignidade.blogspot.com.br/2012/05/raiz-dos-nossosproblemas-deseguranca.html>. Acesso em> 10/05/2020.

SOARES, L.E., GUINDANI, M. Porto Alegre: relato de uma experiência. In: SENTO-SÉ, J, (org.). **Prevenção da violência – o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 283-334.

TEIXEIRA, E. B. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, ano 1, n. 2, p. 177-201, jul./dez., 2003.

TROJANOWICZ, Robert. BUCQUEROUX, Bonnie. **Policciamento Comunitário: como começar**. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Revisão Técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

## **Anexo I - Roteiro semiestruturado para as entrevistas**

1. Me fale um pouco sobre você e sobre o seguimento da sociedade que você representa.
  
2. Como foi a mobilização da sociedade para participar do Programa Moreno em Ordem, visando a representação dos segmentos da sociedade?
  - 2.a. **Pergunta exclusiva para a sociedade civil organizada:** Como você conheceu o Programa?
  
  - 2.b. Você entende que através dessa mobilização feita pela gestão, a representatividade dos segmentos da sociedade foi alcançada?
  
  - 2.c. Quais foram as outras entidades (outros segmentos da sociedade) presentes nessa mobilização?
  
3. Foram estabelecidas regras para a participação da sociedade civil organizada, no Programa Moreno em Ordem?
  - 3.a. Qualquer pessoa podia participar?
  
4. Qual foi o tipo de capacitação utilizado pela gestão para qualificar as lideranças comunitárias e os agentes públicos, visando à participação no Programa Moreno em Ordem?
  
5. Como se deu a parceria da comunidade com o poder público no desenvolvimento do Programa Moreno em Ordem?
  - 5.a. O que vocês discutiam nos encontros?
  - 5.b. Qual era a frequência desses encontros?

6. Quais foram os instrumentos de monitoramento e controle, por parte da sociedade civil organizada, do Programa Moreno em Ordem?
  - 6.a. Tinha algum canal direto de comunicação com a gestão?
  - 6.b. Qual era o fluxo dado pela gestão às demandas originadas nas diversas comunidades?
  - 6.c. Com que regularidade havia esse monitoramento e controle?
  
7. Quais foram, no seu ponto de vista, os principais obstáculos à construção da parceria para o protagonismo da sociedade civil organizada, no Programa Moreno em Ordem?
  
8. **Pergunta exclusiva para a sociedade civil organizada** - Como foi participar do Programa “Moreno em Ordem”?
  - 8.a. Você se sentiu ouvido?
  
  - 8.b. Você percebeu se houve algum resultado prático, fruto da sua participação no Programa “Moreno em Ordem”?

**Pergunta exclusiva para a os agentes do poder público** - Como se deu, efetivamente, a participação da sociedade civil organizada no Programa?

  - 8.a. Você entende que as ações do programa foram voltadas para ouvir e executar os anseios da sociedade civil organizada?
  
  - 8.b. Houve algum caso de sucesso ou algum resultado prático, que você recorde, da participação da sociedade civil organizada no Programa?
  
9. Sobre a segurança pública, dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco evidenciam a redução da criminalidade violenta no município do Moreno/PE.

- 9.a. Na sua opinião, o que motivou essa queda de homicídios no município?
- 9.b. O que você acha que foi mais importante ou que pesou mais para esse Programa: a utilização da intervenção mais direta da polícia ou da força da segurança ou outras ações que são mais voltadas para o sentido social?
- 9.c. Como você viu a receptividade da população quanto ao Programa Moreno em Ordem? Houve alguma resistência das comunidades ou elas aceitaram facilmente o modelo desse programa?
10. Tem mais alguma informação que você gostaria de trazer?

## Anexo II - Álbum de fotos das diversas fases do Programa Moreno em Ordem

Foto 01: Apresentação do Programa Moreno em Ordem às lideranças religiosas da Igreja Católica do município do Moreno-PE. Ano 2017.



Foto 02: Apresentação do Programa Moreno em Ordem às lideranças religiosas das igrejas evangélicas do município do Moreno-PE. Ano 2017.



Foto 03: Encontro com o Poder Judiciário e MPPE para tratar do Programa Moreno em Ordem. Ano 2017.



Foto 04: Curso de formação/ capacitação das Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã. Ano 2017.



Foto 05: Curso de formação/capacitação do Secretariado da Prefeitura Municipal do Moreno/PE. Ano 2017.



Foto 06: Curso de formação/capacitação de Gestores Escolares. Ano 2017.



Foto 07: Curso de formação/capacitação de Lideranças Comunitárias. Ano 2017.



Foto 08: Visita dos ministros da defesa e do desenvolvimento social. Ano 2017.



Foto 09: Reunião das Câmaras da Mulher, da Ordem e Antidrogas. Ano 2018.



Foto 10: Continuidade das capacitações das Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã. Ano 2018.



Foto 11: Continuidade das capacitações das Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã. Ano 2018.



Foto 12: Continuidade das capacitações das Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã. Ano 2018.



Fotos 13 e 14: Evento de esporte e lazer na praça da cidade. Ano 2018.



Foto 15: Copa Rural “Engenheiros Unidos pela paz”. Evento de esporte. Ano 2018.



Foto 16: Evento de lazer. Ano 2018.



Fotos 17 e 18: Encontros mensais com as Comissões de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada. Ano 2018.



Foto 19: Eleição do 1º Conselho Regional de Ordem Pública e Segurança Cidadã Integrada. Ano 2018.



Foto 20: Retirada de carcaças para a manutenção da salubridade pública. Ano 2018.



Foto 21: Operação “Calçada Livre” para manutenção da salubridade pública. Ano 2018.



Foto 22: Reunião Câmeras Temáticas. Ano 2019.



Foto 23: Encontro com as comunidades. Ano 2019.



Foto 24: Evento em espaço público. Ano 2019.



Fotos 25 e 26: Eventos em espaços públicos. Ano 2019.



Fotos 27, 28 e 29: Eventos de esportes e lazer. Ano 2019.



Fotos 30: Evento em praça pública. Ano 2019.



Fotos 31 e 32: Festa de São João. Ano 2019.





Fotos 33, 34, 35 e 36: Eventos nas escolas. Ano 2019.



